



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
REDE NACIONAL DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEFESA SOCIAL E MEDIAÇÃO DE
CONFLITOS**

MÁUREA MENDES LEITE

**ORIGENS SOCIAIS E TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS DAS PRIMEIRAS
MULHERES POLICIAIS PERTENCENTES AO CÍRCULO DE OFICIAIS DA
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ**

**BELÉM
2013**

\ **MÁUREA MENDES LEITE**

**ORIGENS SOCIAIS E TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS DAS PRIMEIRAS
MULHERES POLICIAIS PERTENCENTES AO CÍRCULO DE OFICIAIS DA
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ**

Dissertação apresentada para defesa no
Mestrado Profissional do Programa de Pós-
Graduação em Defesa Social e Mediação de
Conflitos.

Orientador: Prof. Dr. Luis F.C. e Cardoso.
Co-orientadora: Prof^a Dra. Fernanda V.
Nummer

BELÉM
2013

MÁUREA MENDES LEITE

**ORIGENS SOCIAIS E TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS DAS PRIMEIRAS
MULHERES POLICIAIS PERTENCENTES AO CÍRCULO DE OFICIAIS DA
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ**

Dissertação apresentada à banca examinadora da Universidade federal do Pará – UFPA,
como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Defesa Social e Mediação
de Conflitos.

Data: 24/05/2013

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luis Fernando Cardoso e Cardoso
Orientador

Prof^ª. Dra Fernanda Valli Nummer
Coorientadora

Prof^ª. Dra Edma do Socorro Silva Moreira
Membro

Prof^ª. Dra Sílvia dos Santos de Almeida
Membro

À Ten Cel Izanete (*in memoriam*), uma
inspiração, uma luz norteando o caminho
das pioneiras milicianas paraenses.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus todo poderoso por ter oportunizado pesquisar um assunto de relevante interesse pessoal e coletivo.

A Esther, Hugo e Hygor, pelo apoio espiritual e emocional.

À UFPA, pela iniciativa pioneira.

Ao Prof. Wilson Barp, pela forma humana e respeitosa no trato com seus alunos, fazendo-nos sentir especiais.

Aos meus orientadores, Prof. Dr. Luis Fernando Cardoso e Cardoso e Prof^ª. Dra Fernanda Valli Nummer, pelo esforço, confiança e apoio incondicional em nosso projeto.

Ao Prof. Dr. Jaime Cunha de Souza, pelas críticas construtivas durante todo o Curso, que me fizeram resgatar a humildade e a consciência de ser uma pessoa em eterno aprendizado.

Ao LASIG, um lugar de portas abertas, de professores e alunos incansáveis e solícitos.

À Izanete, Ailsy, Neuza, Bernadeth, Rosilene, Sônia, Sandra, Socorro, Amélia e Sônia Maria, eternas companheiras pioneiras milicianas, por terem feito parte da minha história, dado significado a uma vida de trabalho e permitido que eu escrevesse sobre isso.

A todas as mulheres policiais paraenses pela luta contínua em busca da valorização profissional.

Aos companheiros do Mestrado que apoiaram direta ou indiretamente o alcance deste objetivo, em especial a Garcia, por ser o melhor colega de Curso que alguém pode almejar.

CANÇÃO DA POLÍCIA FEMININA*

“Somos polícia feminino,
Somos a honra do Pará.
Orgulho sempre nós daremos,
No defender e trabalhar.
Vamos mostrar a toda gente,
O quanto vale a PM.
Disciplinada e corajosa,
Cantando assim tão fortemente.
Somos a Polícia,
Polícia Feminino”.

* De autoria da Sgt PM Francivone Souza e Silva, criada em 1982,
não publicada.

RESUMO

Essa dissertação é um estudo da origem social e da trajetória profissional das oficiais femininas e seu pioneirismo. Foram entrevistadas nove mulheres oficiais em busca de informações qualitativas, suas histórias de vida e suas percepções sobre o pioneirismo feminino da instituição, para investigar as condições objetivas e subjetivas de sua trajetória na instituição policial. Optou-se pela abordagem qualitativa de modo a identificar padrões socioculturais e um saber adquirido pela vivência, além das estratégias de sobrevivência, afirmação e autoproteção na carreira policial. As dificuldades foram muitas, pois não conseguimos sensibilizar os sujeitos para a importância de se resgatar a história das mulheres, que não se envolveram com o tema. Outra dificuldade, o brusco falecimento da líder do grupo, o que provocou um arrefecimento do ânimo dos sujeitos, causando sérias dificuldades no convencimento das demais quanto à sua participação. Ao ouvir seus relatos percebe-se a herança identificadora da instituição pelas agentes, que mesmo após um tempo de reserva preservam o *habitus* adquirido ao vestir a farda, uma herança de um sistema simbólico institucional, fazendo com que falem em nome da instituição. Percebeu-se que as policiais sofreram violência, seja quando são estigmatizadas como minoria, quando seu trabalho é relegado à esfera administrativa, um não reconhecimento de suas habilidades, quer pelo preconceito e discriminação que sofrem tanto em relação às cotas de inserção e quanto à distribuição de cargos, quer pelo emprego nas funções menos relevantes, mas principalmente por não darem-se conta desses fatos. Ser policial feminino é fazer parte de um grupo estigmatizado e visto de forma negativa, cujas diferenças não são aceitas nem reconhecidas, cuja verdade é desqualificada por um grupo dominante. Esta subalternidade dá origem a um fenômeno chamado “teto de vidro”, caracterizado por uma “barreira invisível”, institucionalizada pelo universo masculino, impedindo a ascensão profissional do segmento feminino na hierarquia da organização paraense.

Palavras chave: mulheres policiais – trajetória – subalternidade

ABSTRACT

This dissertation is a study of the social origins and career paths of female officers and a pioneer. We interviewed nine women officers in search of qualitative information, their life stories and their perceptions about the pioneering women of the institution, to investigate the objective and subjective conditions of his career in the police force. We opted for a qualitative approach to identify socio-cultural patterns and knowledge acquired by experience, beyond survival strategies, affirmation and self-protection in the police career. The difficulties were many, because we can not sensitize individuals to the importance of rescuing the history of women, who were not involved with the topic. Another difficulty, the sudden death of the leader of the group, which led to a cooling of the spirit of the subject, causing serious difficulties in convincing the others about their participation. Upon hearing their stories we see the legacy of the institution by identifying agents that even after a reservation time preserve the habitus acquired when wearing the uniform, a legacy of a symbolic system institutional, causing speak on behalf of the institution. It was noticed that the police have experienced violence, either when they are stigmatized as a minority, when your work is relegated to administrative, not a recognition of their skills, either by prejudice and discrimination they suffer both in relation to dimensions of insertion and on the distribution positions, either by employing the functions less relevant, but mostly for not giving up account of these facts. Being female police officer is part of a stigmatized group and viewed negatively, whose differences are not accepted nor recognized, whose truth is disqualified by a dominant group. This subordination gives rise to a phenomenon called "glass ceiling", characterized by an "invisible barrier", institutionalized by the male universe, preventing the rise of professional women's segment in the hierarchy of the paraense organization..

Keywords: policewomen - trajectory – subalternity

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Imagem da primeira turma de policiais femininas da PMPA, em 1982, no seu primeiro quartel em Belém	29
Figura 2 - Imagem sobre as atividades do policiamento ostensivo, no ano de 1982, em um posto de trabalho, o PM-Box da Praça da República, em Belém/PA	32
Figura 3 – Imagem das primeiras oficiais femininas do Estado do Pará, com o governador do Estado, Cel EB Alacid da Silva Nunes, em 1982.....	33
Figura 4 – Imagem do prédio da sede da Companhia de Polícia Feminina, localizado na Av.Almirante Barroso em Belém, 1982	34
Figura 5 – Imagem das alunas-sargento e do comandante do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças-CFAP, Cel PM Nunes, no Curso de Formação, 1982.....	40
Figura 6-Imagem de sargento-aluna no CFAP, Agosto de 1987, no Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos-CAS, executando serviço de guarda	39
Figura 7- Imagem da apresentação do Pelotão feminino à sociedade paraense, abril de 1982	43
Figura 8 – Imagem do desfile do 10º aniversário da Cia Pol Fem.....	44
Figura 9 - Imagem do Pelotão Feminino,25 de setembro de 1982.....	45
Figura 10 - Imagens da formatura do Pelotão Feminino, 21 de Abril de 1982.....	48
Figura 11- Imagem do Curso de Formação de Oficiais, Rio de Janeiro, 1992.....	50
Figura 12 - Imagem da primeira Comandante do Pelotão de Polícia Feminina-Ten Cel PM Izanete Carvalho de Lima,1982, no dia da primeira aparição pública, por ocasião da formatura	57
Figura 13-Imagem de Alunas oficiais PM na cerimônia de 30 anos da presença policial feminina no Pará na Assembleia Legislativa do Estado,2012.....	59
Figura 14-Imagem sobre as atividades de policiamento ostensivo no Tribunal de Justiça do Estado por ocasião das eleições de 1988.....	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAO.....	Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais
CAP.....	Capitão
CAS.....	Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos
CFAP.....	Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
CIA PM FEM.....	Companhia de Polícia Feminina
CFSd.....	Curso de Formação de Soldados PM
CFS	Curso de Formação de Sargentos PM
CFO.....	Curso de Formação de Oficiais PM
CHO.....	Curso de Habilitação de Oficiais
COPOM.....	Centro de Operações Policiais Militares
FEM.....	Feminino
OF PM.....	Oficial PM
PFem.....	Policial Feminino
PO.....	Policiamento Ostensivo
PM.....	Policial Militar
PMPA.....	Polícia Militar do Pará
PMESP.....	Polícia Militar do Estado de São Paulo
RUPM.....	Regulamento de Uniformes da Polícia Militar
TEN.....	Tenente
TEN CEL.....	Tenente Coronel

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1-UM OLHAR NO PASSADO: A ORIGEM DO SUJEITO FEMININO	27
1.1 A metamorfose	27
1.2 O masculino e o feminino na caserna	32
1.3 Origens sociais do oficial feminino da PM	35
2-CAMINHAR NO PRESENTE: VIVÊNCIAS E TRAJETÓRIAS	40
2.1 Um mundo objetivo para o feminino	40
2.2 Preconceito e subalternidade	44
2.3 Um caminho de dificuldades	49
3-VISLUMBRANDO O FUTURO: PERCEPÇÕES DA MULHER POLICIAL	51
3.1 A mulher no mundo subjetivo do oficialato	51
3.2 O significado de ser oficial feminino	56
3.3 Efetivo e poder: uma relação bilateral	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	70
APÊNDICES	74
APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista	75
APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista	76
ANEXOS	77
ANEXO A - DIRETRIZ DO COMANDO GERAL Nº 02/82	78
ANEXO B - DECRETO Nº 2.030, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1981	80

INTRODUÇÃO

A Polícia Militar do Pará abriga atualmente em seus quadros 1929 mulheres, 10% do total do seu efetivo. As mulheres policiais fazem parte do efetivo da PMPA desde 1982 quando cinquenta e sete mulheres ingressaram na Corporação. Esta dissertação é um estudo da origem social e da trajetória profissional dessas policiais femininas e seu pioneirismo.

Recorremos à fonte oral, usando a fala de nove sujeitos dessa turma para reconstruir sua história, vinculando-a ao contexto histórico, um período de transição entre a ditadura e o Movimento pelas Eleições Diretas, buscando compreender as expectativas, as representações e práticas referentes a esse processo. Para tanto, foram realizados dois questionários e uma entrevista com oficiais femininos pertencentes à primeira turma de mulheres da PMPA, as quais se encontram na Reserva Remunerada, após 25 anos de serviços prestados à instituição.

Justifica-se a escolha dos sujeitos em razão de estarem afastados do trabalho da instituição, ensejando mais liberdade nos seus discursos e pelo tempo decorrido de modo a traçar um painel histórico da história da mulher policial paraense desde a década de 1980. As entrevistas foram precedidas por um momento preparatório, período em que se planejava o evento de comemoração dos 30 anos da Companhia de Polícia Militar Feminina e as participantes estarem em um estado de ânimo favorável. Esse contato inicial deu-se em um evento de preparação para o aniversário, contando inclusive com a presença do Comandante Geral da PMPA à época, Coronel PM Mário Solano, um incentivador dessas ações. Na ocasião, foi explicitado o objetivo do projeto e estimulada a participação de alguns dos sujeitos presentes à reunião.

A empreitada parecia fácil e que decorreria de forma satisfatória. Parecia!

Em determinada época, no ano de 2011, houve a troca do Comandante Geral da PMPA pelo Governador do Estado, Simão Jatene e o posterior esvaziamento do grupo “Rumo aos 30 anos”, provocando um arrefecimento no ânimo das entrevistadas haja vista a decepção provocada pelo cancelamento do projeto.

Esse grupo, composto por policiais pioneiras e algumas de inserção mais moderna, que trabalhou desde 2010 em ações e solicitações de políticas afirmativas para as mulheres como aumentos das cotas de inserção, criação de creches, mudanças nas instalações das unidades policiais como alojamentos próprios para o efetivo feminino,

banheiros diferenciados, coletes balísticos apropriados, etc., ações incentivadas e apoiadas pela cúpula da instituição, sentiu-se desvalorizado e foi extinto não participando das comemorações do aniversário, por elas descrito como pífio, decepcionante, não estando à altura da ocasião, para citar os termos mais utilizados pelas policiais.

Com a dissolução do grupo, a pesquisadora teve dificuldades para encontrar pessoas que se dispusessem a serem entrevistadas, inclusive à distância. A carência de sujeitos terminou por contagiar a pesquisadora que pensou em algumas ocasiões em abortar o projeto devido à falta de colaboração. Pensou-se em mudar o foco, fazendo uma pesquisa quantitativa, encontrando também bastante dificuldade devido a não cooperação de alguns setores da instituição. Enfim, retomou-se o projeto graças ao auxílio de um dos sujeitos, a T Cel Izanete, Ex-comandante da Cia Fem, cujo espírito colaborativo nos fez querer retornar ao estudo.

A T Cel Izanete é de fundamental importância na história da Companhia de Polícia Militar Feminina pois foi a primeira comandante das mulheres policiais, assumindo a Companhia em Abril de 1982, num período pós ditadura e antecedente à Constituição de 1988, que trouxe mudanças significativas para a sociedade. Este período de transição foi emblemático para as mulheres porque significou uma adaptação a costumes novos, e sua ressignificação como pessoas, abandonando suas antigas identidades e se apropriando de um novo ser, moldado à imagem e semelhança dos homens da caserna, em busca de aceitação.

A T Cel Izanete também é importante devido a um fator diferenciado na sua formação. Antes de se tornar policial feminina, a Comandante da Companhia Militar Feminina-Cia Pol Fem era assistente social, tendo usado de algumas características dessa categoria para aplicá-las em seu comando: compassividade, tolerância, paciência, disposição para ouvir, além de algumas características próprias da sua personalidade: alegria, simpatia, bondade e respeito ao próximo. Isto fez um diferencial que só pode ser dimensionado algumas décadas adiante.

Após a retomada dos estudos e à busca incessante de sujeitos que se dispusessem a ser entrevistados, a pesquisadora sofreu mais um revés, com o brusco falecimento de sua principal fonte, a T Cel. Izanete, em 14 de dezembro de 2012, enlutando a comunidade miliciana feminina e causando mais desânimo nos sujeitos. Foi uma difícil retomada, pois as entrevistadas pareciam não reconhecer a sua importância na história da Polícia Militar, em consequência das malogradas comemorações do aniversário de

trinta anos, que para elas, ficou aquém do esperado e da importância da data. Quanto a este evento, houve uma solenidade militar, comandada por oficiais femininas e com efetivo feminino como homenagem, mas não se deu ênfase especial à comemoração, segundo o grupo preterido pela organização do evento.

Nesse estudo, cujo objetivo principal foi pesquisar a origem social e a trajetória profissional das primeiras mulheres policiais paraenses pertencentes ao círculo de oficiais da Polícia Militar do Pará-PMPA, analisando a influência de sua condição feminina nas relações sociais no espaço de trabalho, ao mesmo tempo em que se investigou as condições objetivas e subjetivas da trajetória das oficiais femininas paraenses na instituição policial.

Problematizar o modo pelo qual o gênero orientou as escolhas, o comportamento e as ocupações profissionais dos primeiros oficiais femininos paraenses, permitiu que analisássemos também como a instituição PMPA incorporou as mulheres neste espaço social predominantemente masculino.

Este estudo trata da relação entre gênero e trabalho policial. Buscávamos mecanismos que auxiliassem na elucidação do papel da mulher nas instituições militares, descrevendo suas motivações, perspectivas, o que fez com que compreendêssemos sua trajetória profissional, interpretando o papel social e político da mulher no trabalho policial militar em três décadas de trabalho prestado à Polícia Militar do Pará, completados em 01 de Fevereiro de 2012. Estes estudos também analisam sua trajetória no decorrer deste período, como enfatiza Calazans (2003):

O ingresso de mulheres na Polícia Militar não se explica somente pelo processo de humanização e modernização, mas por outros motivos, entre os quais a crise da instituição policial, que está relacionada a uma crise da valorização da “força física” e da “identificação tradicional com a figura masculina”. (p.46).

Assim, para a compreensão da trajetória profissional da oficial feminina, o conceito sociológico de gênero é uma perspectiva que permitiu compreender as relações sociais e de poder estabelecidas, na ordem social e refletidas nas relações de trabalho¹.

¹ O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada, na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social (BOURDIEU 2002, p. 20).

Para Bourdieu (2002), o corpo é o lugar em que se inscreve a disputa de poder, pois é a primeira forma de identificação de uma pessoa desde quando nasce, ou seja, ou se nasce homem ou mulher, assim o sexo condiciona a forma de poder definindo quem será o dominante ou o dominado. Para este autor as questões do gênero são norteadas pelas diferenças biológicas que existem entre o homem e a mulher, diferenças essas, que influenciam na desigualdade e exclusão social do sujeito feminino.

A sexualidade para o homem está ligada ao poder, ou seja, a necessidade de se afirmar socialmente como o dominador. Ainda, conduz a representações sociais quase consensuais de que a mulher é frágil e que precisa de um protetor, enquanto a força física, a virilidade e a proteção são atributos considerados masculinos e, por isso, “naturalmente”, superiores (BOURDIEU, 2002).

O Pará foi um dos estados em que a mulher teve acesso a Polícia Militar no início da década de 1980, sendo admitida a primeira turma de cinquenta alunas soldados (com escolaridade antiga 1º grau), quatro alunas sargentos (antigo 2º grau) e três oficiais alunas ²(nível superior), sendo que as dez primeiras colocadas do curso de formação de soldado foram promovidas a cabo.

A base legal do ingresso feminino nas policias militares no Brasil só se consolida em 1984 (SOARES ; MUSUMECI, 2005, p.29), incorporando-se as policiais femininas aos quadros regulares das PMs, nesse ano, com uma nova redação dada ao Decreto-lei Federal 667, de 2 de julho de 1969³, que buscava o ingresso de pessoal feminino em seus efetivos de Oficiais e praças para atender necessidades das respectivas Corporações em atividades específicas, mediante autorização no Ministério do Exército.

Em 01 de fevereiro de 1982, esta turma foi coordenada pelo Coronel PM Roberto Pessoa Campos-PMPA, pelos Tenentes Vera e Neuza, oriundas da Polícia Militar do Estado de São Paulo-PMESP e pelo Aspirante OF PM Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues-PMPA, os quais foram responsáveis pela formação das quatro alunas sargentos e cinquenta alunas soldados, durante três meses de curso (fevereiro, março e abril/1982) no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças-CFAP, órgão de Ensino e Instrução da Polícia Militar do Pará-PMPA, com as três oficiais aprovadas no concurso para Oficial da PM sendo enviadas para a Academia de Polícia Militar do

²As Oficiais-alunas: 2º Ten PM Fem Izanete Carvalho de Lima, 2º Ten PM Fem Ellen Margareth da Rocha Souza e 2º Ten PM Fem Filomena de Almeida Buarque;

³No estado do Pará, o início das atividades do grupamento de Polícia Feminino data de fevereiro de 1982, quando o Governador do Estado era o Cel EB Alacid da Silva Nunes; seu decreto de criação é o de nº 2.030, de 15 de Dezembro de 1981, que criou na Polícia Militar do Pará, o PELOTÃO DE POLÍCIA FEMININO;

Barro Branco-PMESP e estagiado durante o mesmo período, já que ainda não havia oficiais femininos no Pará.

Fez-se uma análise a partir do desdobramento dos métodos das formas identitárias profissional de Dubar (1998) e das trajetórias sociais apresentadas por Gaulejac (2005) e Demazière e Dubar (2006). A pesquisa fundamentou-se nos autores supracitados a fim de relacionar a trajetória das oficiais femininos à questão do gênero e a influência da condição feminina no espaço militar, além apreender o sentido das relações sociais desse efetivo de oficiais femininos na instituição policial.

Confirmou-se a teoria de Dubar (1998), e suas duas formas de se entender a trajetória: objetivas e subjetivas. As trajetórias objetivas são produzidas por meio de um acesso às sequências de posições em um ou mais campos da prática social, como exemplo, o percurso escolar e profissional. Essa análise consistiu em perceber elementos comuns nos itinerários dos sujeitos pesquisados identificando traços semelhantes e, a partir disso, construindo categorias descritivas sobre os relatos apresentados. O autor também possibilitou que interpretássemos e ordenássemos as trajetórias em termos de mobilidades sociais, possibilitando que o itinerário das pesquisadas fosse analisado sociologicamente como classes de trajetórias típicas, existindo um significado teórico e uma representatividade empírica. Esse processo constituiu uma análise objetivista das trajetórias na medida em que não se levou em conta o sentido subjetivo que os indivíduos atribuíram ao próprio percurso (DUBAR, 1998).

Outro modo utilizado para entender o processo biográfico foi a partir das trajetórias subjetivas. Conforme Dubar (1998), esse aspecto compreendeu os relatos sobre vivências e experiências pessoais. A importância está na verbalização dos percursos vividos, formando discursos e narrativas que envolveram visões de si e do mundo ao redor. Desse modo, as trajetórias subjetivas fundamentaram os relatos biográficos feitos pelos sujeitos, pois, no momento que os sujeitos narraram suas vidas, tentaram construir relatos relacionados com os contextos históricos e sociais correspondentes. Em outras palavras, os sujeitos não apenas discorreram sobre suas vidas, mas também sobre os acontecimentos no entorno e, assim, foi possível analisar os fatos sociais que dialogaram com as histórias pessoais. Uma narrativa que pôde ser identificada a partir de uma situação de entrevista, como se praticou nesta pesquisa (DEMAZIÈRE; DUBAR, 2006). Desse modo, observando as práticas cotidianas e

aprendendo o discurso das entrevistadas, fez-se uma análise das suas trajetórias dentro do contexto onde os fatos foram observados.

Outra perspectiva da análise das trajetórias foi desenvolvida por Gaulejac (2005). Esse autor compreendeu o sujeito a partir do entrelaçamento entre o social e o psíquico, considerando o ser humano a partir de sua história, nos momentos de rupturas e nos casos de continuidades entre o presente, o passado e o futuro; uma abordagem de característica processual: “As relações entre indivíduos e sociedade se inscrevem na historicidade, isto é, na capacidade de se inscreverem num passado e se projetar num futuro diferente do presente”. (GAULEJAC, 2005, p. 68).

Portanto, centralizamos o referencial teórico nestes autores, tendo em vista levarem seus leitores a refletir, pesquisar e dicotomizar acerca dos seus trabalhos sobre gênero, socialização e trajetória. Destarte, os estudos baseados nos autores supracitados possibilitaram entendermos a posição da oficial feminina e sua presença na instituição policial militar, possibilitando entender a história pregressa do trabalho das oficiais femininas, no presente e nos projetos futuros, as quais são fortemente vinculadas a restrições de gênero. Foi possível visualizar a importância dos conceitos de trajetória no sentido de analisar os discursos orais das oficiais policiais e sua colocação no contexto histórico em que se dá a presença da mulher na instituição policial.

O processo sócio histórico das mulheres sofreu mudanças irreversíveis somente a partir do século XX, no qual a I e a II segunda guerra mundial, exigiu uma maior participação das mulheres nas atividades produtivas:

Com os homens nos campos de batalhas, e para que não houvesse um colapso mundial, as mulheres passaram a ocupar o seu lugar nas fábricas, indústrias e como chefes de famílias. Isso funcionou como um divisor de águas na história das mesmas, pois elas que ao longo dos séculos carregaram a “marca do mal”, “do pecado” e da “obediência social” se viram ocupando um lugar de destaque na economia mundial e tendo uma participação mais efetiva na sociedade, assim iniciando o seu processo de emancipação social (XAVIER, 2008, p. 24).

As mulheres demonstraram nesse momento sua disposição para as duplas jornadas, pois pleitearam o exercício de uma profissão, sem deixar de serem mães, esposas, amantes e amigas. Assim, a saída das mulheres da obscuridade é marcada por uma nova geração feminina, onde Simone de Beauvoir (1967) e sua famosa frase “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, faz com que movimentos feministas nasçam nessa época, mostrando a função social da mulher a partir de uma igualdade de participação.

Estes movimentos feministas foram de fundamental importância, na época da Ditadura Militar. Conquistas garantiram as mulheres os seus direitos no mercado do trabalho e também contra a violência doméstica.

Embora uma confluência de fatores tenha contribuído para a eclosão do feminismo brasileiro nos anos 70 - como o impacto do feminismo internacional e mudanças efetivas na situação da mulher no país a partir dos anos 60, que punham em questão a tradicional hierarquia de gênero. “O feminismo no Brasil surge como consequência da resistência das mulheres à ditadura militar, depois da derrota da luta armada e no sentido da elaboração política e pessoal desta derrota” (SARTI, 1998, p.3).

A mulher adquiriu seus direitos no mercado de trabalho, deixando o velho cavalheirismo, sendo tomados pela competição da vida de todos os dias, proteger a mulher como um bibelô, deixou de ser um marco. (BARBOSA, 2003, p. 2).

O movimento feminista contemporâneo, reflexo das transformações do feminismo original, configura-se como um discurso múltiplo e de variadas tendências, embora com bases comuns. Para as feministas a opressão de gênero, de etnia e de classe social perpassa as mais variadas sociedades ao longo dos tempos. Esta forma de opressão sustenta práticas discriminatórias, tais como o racismo, o classismo, a exclusão de grupos de homossexuais e de outros grupos minoritários (NEGRÃO, 2002; PRÁ, 1997; TOLEDO, 2003).

Para as feministas a experiência masculina tem sido privilegiada ao longo da história, enquanto a feminina, negligenciada e desvalorizada. Elas demonstraram, ainda, que o poder foi - e ainda é - predominantemente masculino, e seu objetivo original foi a dominação das mulheres, especialmente de seus corpos (BUTLER, 2003; MILLET, 1970; PATEMAN, 1993).

A chegada da mulher para ocupar espaços de trabalho frequentados exclusivamente por homens foi inevitável. A entrada mais expressiva das mulheres no mercado de trabalho é marcada por períodos de crise, como a Primeira Guerra Mundial, em que elas substituíram temporariamente os postos de trabalho dos homens que foram à guerra, ou por períodos de transformação produtiva, como na primeira revolução Industrial, quando o trabalho feminino passou a ser interessante para as indústrias nascentes. Além disso, essa incursão é incentivada por movimentos feministas que exigiam o direito ao voto, ao trabalho e outras reivindicações sociais. (CAPELLE; MELO, 2010).

Na década de 1980 o país passa por redemocratização, com: eleições gerais; movimentos para DIRETAS JÁ e movimentos constitucionais. Com a Central Única dos Trabalhadores-CUT, a bandeira das mulheres ganhou mais visibilidade dentro do movimento sindical. Com a comissão Nacional da Mulher Trabalhadora na CUT (COSTA, 1998), as mulheres esperavam romper as inúmeras dificuldades existentes na sociedade. Nesse sentido, a luta pela democratização das relações de gênero persistiu e com a Constituição Federal de 1988 a mulher conquistou a igualdade jurídica, pois esta consagrou conquistas importantes no campo dos direitos da mulher, entre os quais o ingresso às instituições policiais.

Soares e Musumeci (2004) apontam a revolução deste período no que se refere às forças policiais:

Assistiu-se no Brasil a uma importante inovação na abordagem da questão de gênero dentro do campo da segurança pública. Como resultado de reivindicações dos movimentos feministas são criadas, na Polícia Civil (a polícia judiciária, não uniformizada), delegacias especiais para o atendimento a mulheres vítimas de violência, prestado, sobretudo por policiais femininas, o que leva também à ampliação do espaço de atuação profissional para as mulheres no interior dessa força policial (p. 183).

Foi nesse contexto a origem da Polícia Feminina no Brasil. No estado de São Paulo, em 1953, por iniciativa de Hilda Macedo, assistente da cadeira de criminologia da Escola de Polícia que apresentou sua tese da necessidade de criação de uma polícia de mulheres, no 1º Congresso Brasileiro de Medicina Legal e Criminologia.

Em janeiro de 1955, o então governador do estado de São Paulo, Jânio Quadros, pediu ao Diretor da Escola de Polícia, Walter Faria de Queiroz, que criasse uma polícia de mulheres. Em 12 de maio de 1955, foi assinado o Decreto nº 24.548, criando na Guarda Civil de São Paulo o Corpo de Policiamento Especial Feminino, sendo a primeira comandante, Hilda Macedo. Foi o primeiro grupamento feminino do país e da América Latina. Sua missão principal era proteger jovens e mulheres, atendendo às reivindicações sociais da época.

A função da policial feminina seria a de informar a população, principalmente, crianças, anciãos e mulheres, colocando-a em espaços privados e relacionando-a à proteção. Já os homens, eram destinados a lugares públicos, onde poderiam fazer a demonstração de sua força e masculinidade, permitindo, assim, demonstrar todo o seu domínio sobre as suas práticas.

A concessão da invasão das mulheres nos espaços onde a masculinidade era símbolo maior permitiu que as mulheres se apropriassem e reconstruíssem esse espaço

da forma delas, ou seja, ao criar uma instituição de mulheres dentro da instituição de homens aceitou-se que as mulheres não se apropriassem do poder masculino, mas sim que forjassem outra forma de poder que as identificassem.

Assim, com o processo de redemocratização pós-ditadura, onde se quis retirar a imagem do Policial Militar como mero aplicador da força física e com a mudança do *status* político e social do estado, e as transformações sociais que provocaram o aumento de atividades executadas pela mulher, mudaram também os objetivos desta ao ingressar na carreira policial, as formas de execução do trabalho feminino e também a maneira como a mulher é percebida na cultura organizacional da Polícia Militar do Pará e na sociedade, uma instituição secular e predominantemente masculina.

Para Muraro e Boff (2002), a cultura patriarcal⁴ atribuiu o princípio masculino apenas ao homem, fazendo com que se julgasse o único detentor da racionalidade, do mundo e da construção da sociedade. A mulher até podia desempenhar um papel de força e poder, mas sempre estava em segundo plano, apoiando o homem. Tal relação de poder é denominada de androcêntrica.

A força da ordem masculina pode ser aferida pelo fato de que ela não precisa de justificção: a visão androcêntrica se impõe como neutra e não tem necessidade de se enunciar, visando sua legitimação.

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica, tendendo a ratificar a dominação masculina na qual se funda: é a divisão social do trabalho, distribuição muito restrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu lugar, seu momento, seus instrumentos (BOURDIEU, 2002, p.15).

A entrada de mulheres no mercado de trabalho aparece, entre outros fatores, como uma tentativa de resgatar a sua autorrealização perdida. Os autores pensam ser uma tentativa de humanizar o universo masculino da administração, como se a ausência de mulheres tornasse o ambiente menos humano que o ambiente doméstico.

Dessa forma, com a entrada das mulheres nas instituições policiais, ocorre uma ruptura quanto à tradição da exclusividade masculina nos quartéis, até então, o uso da farda e da arma era um poder exclusivo dos homens, mas com a chegada das mulheres

⁴ Em termos teóricos, as feministas trabalharam com uma ideia global e unitária de poder, o patriarcado, numa perspectiva na qual cada relacionamento homem/mulher deveria ser visto como uma relação política. As instituições patriarcais seriam aquelas desenvolvidas no contexto da dominação masculina. Como a dominação masculina estaria presente através do tempo e das culturas, poucas instituições poderiam escapar ao patriarcado (ALGRANTI, 2002, p. 14).

ao espaço símbolo da masculinidade, os quartéis, muitas coisas tiveram que mudar, o espaço teve que ser dividido, a abordagem à população foi suavizada, o ambiente foi modificado para receber o efetivo feminino.

Nas instituições militares, a posição do homem está vinculada a atributos como: exposição ao perigo, treinamento intensivo, obediência profissional acima de tudo, resistência física, etc. Assim, a presença feminina, nas instituições militares sempre foi pautada no discurso de que a mulher é “frágil”, portanto, não são compatíveis a assumir posição de militar.

Essa distinção de forças entre homens e mulheres, são exigências que por muitas vezes servem para selecionar ou excluir, através de critérios oficiais, mascarando, assim o que não pode ser enunciado formalmente. Assim, essa mascaração não deixa de ser uma forma de poder, como diz Foucault (1977):

As relações de poder são intencionais e objetivas, se produzem a cada instante em rede, em todos os lugares, ou melhor, em toda relação, inclusive nas relações de gênero, e “esse poder não se dá, não se troca, mas se exerce em ação” numa correlação de forças em que se utilizam técnicas de saber, estratégias de poder e procedimentos discursivos. (p. 175).

A inserção feminina na Corporação se dá em conjunto com outras ações, com a mulher inicialmente servindo como modelo de relações Públicas, propagando a ideia de uma Polícia Moderna, vinculada com as mudanças sociais e políticas.

Havia aparentemente um desejo de humanizar a imagem da polícia, fortemente associada à ditadura - desejo que teria levado também á introdução de disciplinas de Direitos Humanos nos currículos policiais e a alguns ensaios de implantação do policiamento comunitário (SOARES; MUSUMECI, 2004).

Por outro lado, as mulheres chegam às instituições policiais num momento de mutações, precarização, globalização e feminização do mundo do trabalho, encontrando no interior do aparelho policial militar, uma estrutura vertical, pautada pela divisão hierárquica do trabalho, como um modo e meio totalizante de mediação de relações. (CALAZANS, 2004). Com essa colocação a autora quer dizer que além das transformações econômicas, o mundo do trabalho também se transforma pela construção dos sujeitos devendo o gênero ser compreendido como elemento constitutivo das relações sociais, abrigado por um conceito eminentemente relacional.⁵

⁵ [...] Identifica-se que o processo de inserção feminina nas polícias constitui um processo de características mundiais, guardadas as devidas proporções, o qual se caracteriza por um modo de inclusão-exclusão-dominação (CALAZANS, 2004, p. 6);

Nas instituições policiais, a inserção de mulheres traz a marca de uma polícia de aproximação, de ampliação e especialização, dando a ideia de um novo modelo de polícia, apesar de isto não significar reforma ou modificação da instituição.

Guardadas as devidas proporções e as diferenças regionais, percebe-se similitude na inclusão de mulheres nas instituições salvo as diferenças regionais.

Inicialmente, a presença de mulheres na corporação se concretizou como um grupo separado, servindo de apoio às outras unidades operacionais com um efetivo até então exclusivamente masculino. (NUMMER, 2005)

Esse momento de inserção das mulheres no espaço público policial coincide com a entrada de mulheres também na política, direcionando esferas de liderança e administração, ocupando um novo espaço onde é priorizado o desenvolvimento de estruturas horizontais e trabalho em equipe e onde as decisões são democratizadas.

Nesse sentido, a PMPA buscou através da inserção feminina nas suas fileiras, humanizar a imagem social da Instituição, marcada pelo seu envolvimento com a ditadura militar, trazendo a mulher para um mercado de trabalho até então exclusivamente masculino, tentando mostrar outra forma de servir a sociedade. O discurso era que a mulher, devido a sua natureza, fortaleceria a imagem da Polícia Militar, pois a mulher, segundo estudiosos do caráter e biótipos femininos, teria aptidão de cuidar, amparar, servir e proteger a comunidade de forma diferenciada, com amabilidade, sutileza, e afeto.

A inserção feminina nos quadros das polícias militares não partiu somente das lutas destes movimentos, mas também, de uma demanda das próprias.

[...] “A incorporação das mulheres nos quadros das policias militares no Brasil, ocorreu de forma gradativa e acompanhou as mudanças ocorridas na sociedade brasileira nestas ultimas décadas instituições, que necessitavam de um efetivo mais “qualificado” para atender as ocorrências que os homens sentiam-se pouco a vontade em atuarem, como nas ocorrências envolvendo crianças, mulheres e idosos” (XAVIER, 2008, p. 12).

Assim, Calazans (2004) acredita que as mulheres atendem a um novo perfil que corresponde às novas concepções de segurança pública para uma PM menos voltada para o uso da força e direcionada à ênfase estratégica e preventiva.

A própria evolução do trabalho de segurança pública e o surgimento de novas concepções, associadas à crescente feminização do mercado de trabalho, formará no

imaginário dos gestores de segurança pública e da população a suposição da existência de um novo lugar para a policial feminina (CAPELLE ; MELO, 2010).

Para obter os resultados esperados, seguimos inicialmente o caminho da pesquisa bibliográfica concernentes ao tema da inserção feminina nas instituições policiais, durante todo o processo de pesquisa. A pesquisa seguiu o ponto de vista de Minayo (2003, p.23), considerando a pesquisa como “uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados”. A análise de dados deu-se de forma qualitativa, tomando as falas dos sujeitos investigados, apropriando-se de seus relatos de experiências, com o fito de entender à trajetória profissional das primeiras oficiais femininas da PMPA.

Tivemos como amostra da população investigada, 09 (nove) mulheres, do efetivo total de 10 (dez) oficiais femininos da primeira turma de mulheres da PMPA, buscando compreender nas suas falas os significados construídos sobre suas trajetórias profissionais na instituição, investigando as expectativas, práticas e os reconhecimentos referentes às situações e relações sociais no trabalho das investigadas. Destaca-se que nesta turma foram 03 (três) alunas oficiais e 54 (cinquenta e quatro) alunas praças, sendo 04 (quatro) alunas sargento e 50 (cinquenta) alunas soldado. Além das 03 (três) oficiais alunas, apenas 06 (seis) alunas praças chegaram ao posto de oficiais; das primeiras oficiais, apenas 1 (uma) permanece no efetivo da instituição, pois duas pediram demissão. O número da amostra é de 10 (dez) mulheres, pois foi excluída a pesquisadora, que ingressou como praça e atingiu o posto de capitão. Destas, todas, atualmente, 8 (oito) são da reserva remunerada e 1 (uma) faleceu em 14 de dezembro de 2012, no decorrer da pesquisa.

Esta investigação teve como foco as trajetórias ocupacionais e os sentidos atribuídos ao trabalho pelas oficiais femininas da Polícia Militar, utilizando como principal instrumento para coleta das informações entrevistas semiestruturadas. Ao analisarmos as trajetórias profissionais das entrevistadas fomos confrontados com a questão da articulação de dois aspectos do processo biográfico - a trajetória objetiva, definida como sequência das posições sociais ocupadas durante a vida, e seu contraste - a trajetória subjetiva, a qual é expressa em diversos relatos biográficos, por meio de categorias inerentes remetendo a "mundos sociais" e condensáveis em formas identitárias heterogêneas (DUBAR, 2005).

Nossa meta foi confrontar ambas as análises em busca de tentar apreender as trajetórias sociais das oficiais femininas como processos ao mesmo tempo biográficos e

institucionais. Neste contexto, foi dada a este trabalho igual importância à categoria institucional, determinando "posições objetivas" – o oficial feminino na Polícia Militar – e às categorias de linguagem utilizadas por indivíduos em situação de entrevista de pesquisa.

As entrevistas foram agendadas com as 9 (nove) entrevistadas, seguindo o roteiro de entrevista em Apêndice A. Devido a baixa frequência nas respostas aos questionários do Apêndice A, nos vimos obrigadas a realizar uma segunda série de entrevistas para suprir as lacunas da primeira entrevista. Os dados foram transcritos e analisados manualmente, tendo em vista o reduzido número de entrevistas. A análise de dados foi feita através de análise de conteúdo e apresentada de forma analítica descritiva, com apresentação de trechos das falas das oficiais.

A consolidação deste trabalho passou pelas seguintes etapas: Revisão bibliográfica, coleta dos dados por meio de dois questionários, e, finalmente, a interpretação do conteúdo da formação discursiva produzida pelas policiais militares ao contarem suas histórias. Na etapa de revisão bibliográfica, buscaram-se verificar, por meio da consulta em livros, documentos, artigos, teses e dissertações, as reflexões teóricas acerca do tema origens sociais e trajetórias profissionais com ênfase no gênero. O tema proposto para a entrevista narrativa foi “As origens sociais e trajetórias profissionais da turma pioneira na polícia militar”, assim solicitou-se que as entrevistadas nos descrevessem suas experiências pessoais e profissionais vivenciadas no contexto do trabalho durante seus 25 anos a serviço da Polícia Militar do Pará, possibilitando o registro das temporalidades implícitas na formação discursiva das entrevistas durante o processo de reconstrução da trajetória de suas vidas pessoais e profissionais.

A escolha das policiais a serem entrevistadas obedeceu a alguns critérios, como o círculo hierárquico a que pertenciam (oficiais)⁶, a turma pertencente (a pioneira a ingressar na Corporação), o tipo de atividade que exerciam (meio e fim), a viabilidade de realização das entrevistas (disponibilidade das agentes, sem depender da permissão dos comandantes; além da “liberdade” para responder às questões, haja vista se encontrarem na Reserva Remunerada). O intuito era a obtenção de informações qualitativas – histórias de vida, trajetórias dentro da polícia, opiniões e percepções de

⁶“Oficial” é toda a policial militar feminino que faz parte do círculo hierárquico dos oficiais, podendo ter o posto de tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel. “Praça” é toda policial feminino que faz parte do círculo hierárquico dos “praças” - subtenentes, sargentos, cabos e soldados.

um grupo homogêneo dentro da instituição (oficiais), sem pretendermos abranger uma amostra representativa do efetivo existente de oficiais. O conjunto de policiais ouvidas pela pesquisa foi variado o bastante para que identificássemos padrões socioculturais e trajetórias vividas, visões sobre polícia, além de estratégias de afirmação e autoproteção na carreira de policial feminina.

O que obtivemos foi uma visão geral das suas opiniões sobre alguns temas, as quais forneceram um pano de fundo sobre a percepção existente de um oficial feminino de polícia e a análise discursiva das mulheres que trabalharam em uma organização de segurança pública.

Fazer análise a partir do desdobramento dos métodos nos permitiu entender a trajetória profissional dos sujeitos pesquisados. Seguindo as orientações teóricas de Dubar (1998) ordenamos e interpretamos a mobilidade das policiais dentro da corporação desde a escola inicial até a última promoção alcançada. Para entendê-la, dividimos as trajetórias em subjetivas e objetivas. As primeiras ficaram afetas as posições alcançadas por cada policial, com fins de identificar elementos comuns entre elas e impactos sociais dessas posições. O resultado mostra similaridade de elementos tais como idade e tempo de serviço como fatores promocionais, mas ausência de valorização de suas competências, inteligência, agilidade, iniciativa, e força física adequada a ocorrências.

Como forma subjetiva de análise da trajetória, utilizamos a técnica do autor e voltamos atenção para os relatos de vivências e experiências pessoais os quais nos permitiram identificar algumas visões das policiais sobre si mesmas e de seu espaço de trabalho. O resultado 8 entre 11 das pesquisadas conduz a uma representação social de fragilidade, de que o gênero feminino é frágil e requer proteção.

Como oficial⁷ da reserva da PMPA, este trabalho também é resultado da nossa preocupação com a trajetória da mulher policial na Polícia Militar do Pará e sua relevância para o Sistema de Segurança Pública e para a sociedade. O tema escolhido nasceu da necessidade de se investigar as características do sujeito feminino na PM e os efeitos desta inserção na Segurança Pública e na sociedade paraense.

⁷ A pesquisadora é Capitão da Reserva Remunerada da Polícia Militar do Pará e integrante da turma pioneira de 1982;

No primeiro capítulo abordaremos a história da inclusão das mulheres na polícia paraense, situando-a num contexto histórico de modo a explicar as características da época e sua influência determinante na construção da identidade da mulher policial.

O segundo capítulo narra as trajetórias das policiais femininas paraenses e as mudanças vivenciadas no trabalho policial feminino em trinta anos.

O terceiro capítulo é dedicado às perspectivas para o policiamento feminino futuro, com a promoção de novas oficiais ao círculo de oficiais superiores e novas metas a serem alcançadas.

CAPÍTULO 1 - UM OLHAR NO PASSADO: A ORIGEM DO SUJEITO FEMININO

1.1 A metamorfose

Para entendermos a presença das mulheres nas instituições policiais temos que relacioná-la com o movimento feminista. A primeira fase do feminismo nasce com a Revolução Francesa estendendo-se até o fim da Primeira Guerra Mundial; a segunda fase engloba as décadas de 60 e 70, buscando um progresso mais educativo das mulheres; a terceira fase se inicia nos anos 90 até a atualidade.

Nos anos 1980, a crítica pós-modernista da ciência ocidental introduz o paradigma da incerteza no campo do conhecimento. As feministas francesas, influenciadas pelo pensamento pós-estruturalista que predominava na França, especialmente pelo pensamento de Michel Foucault e de Jacques Derrida, passam a enfatizar a questão das diferenças, da subjetividade e da singularidade das experiências, entendendo que as subjetividades são construídas pelos discursos, num campo sempre dialógico e intersubjetivo.

É assim que surge a terceira fase do feminismo, ou feminismo de terceira geração, cuja proposta está centrada na análise das diferenças, da diversidade, da alteridade e da produção discursiva da subjetividade. Com isso, o campo do estudo sobre as mulheres e sobre os sexos desloca-se para o estudo das relações de gênero. Neste sentido é que algumas posições, ainda que heterogêneas, distinguem os Estudos Feministas - cujo foco se dá principalmente em relação ao estudo das e pelas mulheres, mantidas as estreitas relações entre teoria e política-militância feminista - dos Estudos de Gênero, cujos pressupostos abarcam a compreensão do gênero enquanto categoria sempre relacional (SCOTT, 1986). Nessa fase, o feminismo pensa simultaneamente a igualdade e a diferença na constituição das subjetividades masculina e feminina. Nessa fase do movimento pode ser observada intensamente a intersecção entre o movimento político de luta das mulheres e a academia, quando começam a ser criados nas universidades, inclusive em algumas universidades brasileiras, centros de estudos sobre a mulher, estudos de gênero e feminismos (LOURO, 1995; MACHADO, 1992; SCOTT, 1986; TOSCANO; GOLDENBERG, 1992).

No Brasil, esta realidade se reproduz, porém com um tom cultural diferenciado. Seja por conta da herança colonial que caracteriza uma sociedade do tipo patriarcal, a

condição feminina no Brasil refletiu o modelo de mulher controlada pelo marido, mãe de família e a serviço do marido (NETO, 1980).

Assim, esta estrutura social é perpetuada ao longo do processo de modernização do país. Nas décadas de 1930 a 1950, ao mesmo tempo em que as mulheres ocupavam as primeiras fábricas também eram educadas para casar e ter filhos. Somente a partir do período 1960-1970 vai ocorrer um aumento das oportunidades profissionais e educacionais que possibilitam a entrada da mulher no trabalho mais qualificado, ao mesmo tempo em que são potencializados dificuldades e conflitos no campo político. O Feminismo ganhou corpo e as mulheres iniciam os protestos contra a opressão e a discriminação exigindo a ampliação dos próprios direitos civis e políticos, tanto individualmente, quanto pelo coletivo. Desse modo, algumas ondas resultaram do movimento emancipatório feminista: a ênfase na educação da mulher; a possibilidade de publicações femininas; a luta por inclusão; a expressão por meio de imprensa; a liberação sexual e o feminismo acadêmico (PINTO, 2003). Com a Constituição Federal de 1988 as mulheres, finalmente, conseguem a igualdade de direitos e com isso garantem – pelo menos juridicamente – proteção do mercado de trabalho e proibição de diferenças de salários, de exercício das funções e de critério de admissão.

Nesse contexto foram instituídas várias mudanças na sociedade moderna, principalmente, na produção e na organização do trabalho feminino em diversos setores da sociedade, inclusive na segurança pública. Não se pode deixar de considerar que, durante muito tempo, as mulheres foram aceitas no mercado de trabalho apenas para exercerem profissões, cujas funções estavam relacionadas àquelas que lhes atribuíram socialmente. A diferença entre as organizações policiais e as outras instituições não é grande no quesito mulheres.

Especificamente em relação à polícia, é possível afirmar que não são registradas grandes diferenças em relação às demais instituições, quando o assunto é a distribuição das mulheres na hierarquia dos cargos policiais e nos postos de comando (BITTENCOURT, 2010, p. 84).

Por isso, percebe-se que a condição feminina é o elemento norteador das relações sociais de trabalho das oficiais paraenses, sendo fator de orientação da sua trajetória profissional. As características da trajetória profissional na instituição policial foram estudadas à luz das relações de gênero. Questionou-se a forma como a questão de gênero interferiu na construção das trajetórias profissionais das primeiras oficiais da Polícia Militar do Pará.

O processo de inserção da mulher na polícia no mundo guarda alguns aspectos, sendo o mais importante - o contexto do recrutamento de mulheres, vinculado, na Europa, a momentos de crise das forças policiais (por exemplo, deslocamento do efetivo masculino em períodos de guerra, ou crises de credibilidade, com forte deterioração da imagem pública das polícias). (CALAZANS, 2003).

No Brasil, a entrada de mulheres na polícia remonta à década de 1980. O trabalho policial até então era encarado como uma ocupação exclusivamente masculina, cujas instituições cultuavam valores característicos como a força física e a redução de conflitos violentos e coletivos. Com a crise das instituições policiais, a qual refletia a própria crise nos modos de organização do trabalho, deu-se a entrada das mulheres nas instituições policiais, entre as quais, a Polícia Militar do Pará, cuja pretensão seria dotar a instituição policial de inovação e novos métodos de resolução de conflitos, trabalho em equipe e a capacidade de resolução de situações potencialmente violentas.



Figura 1 -Imagem da Primeira Turma de Policiais Femininas da PMPA, em 1982, no seu primeiro Quartel em Belém.

Fonte: Arquivo Pessoal

No Brasil, se institui o trabalho feminino nas forças policiais brasileiras, tendo sido iniciado em 1955, na cidade de São Paulo. Nas demais polícias o ingresso de mulheres se dá somente a partir do final dos anos 1970 e, sobretudo do início dos 1980, visando cobrir certas áreas de atuação em que o policiamento masculino, essencialmente repressivo, estaria encontrando dificuldades, como o trato com crianças abandonadas ou com mulheres e adolescentes autores de infrações (SOARES ; MUSUMECI, 2005).

A aceitação feminina na esfera pública policial não foi tão fácil. Durante muitos anos, visualizou-se na força física, um item fundamental para ser um policial militar, isso ocorria devido à formação militar tradicional. O uso da força bruta era um modelo de demonstração de sua capacidade na profissão. Dessa forma, quanto à imagem ideal da corporação que se tende a passar, alguns autores citam o preconceito existente contra as mulheres e sua função nas instituições.

O homem é melhor no policiamento ostensivo e a mulher existe para o administrativo, ao fato de as mulheres concentrarem mais sua *agency* em resistir aos tabus internos de gênero do que na busca de poder (NUMMER, 2010).

Quanto ao ingresso da policial feminina nas corporações militares, num primeiro momento é possível afirmar que a pretensão era que a mulher assumisse alguns campos de policiamento, nos quais o homem encontrava dificuldades, tais como lidar com as minorias; mulheres, crianças, idosos, etc., haja vista a abertura democrática vivida na época pelo país. Esse fato se dá em plena crise das polícias.

Num segundo momento, podem-se vislumbrar outros objetivos, como o de tentar humanizar as Polícias, melhorando sua imagem social (SOARES ; MUSUMECI, 2005), haja vista o comprometimento da imagem da instituição, vinculada à ditadura como força auxiliar do Exército. Até então, as ações policiais eram vistas pela sociedade como violentas, ligadas à força bruta utilizada contra grupos minoritários como negros, mulheres e homossexuais.

A permanência da mulher nas instituições militares foi justificada pelo argumento de que o treinamento oferecido pelas escolas de formação orientou os policiais a reduzirem o uso da força bruta, substituindo-a por técnicas eficientes de contenção e defesa. Isto possibilitou à mulher a não exclusão das atividades mais vigorosas, argumentos utilizados por “policiais da antiga”, o que deixava as mulheres em desvantagem.

Portanto, a mulher policial teve sua trajetória no mercado de trabalho, de muita luta e superação de estigmas criados pela sociedade em relação à divisão sexual do trabalho, que determina o que são os trabalhos que cabem ao homem e os das mulheres.

Para Goffman (1988), estigma é uma relação entre atributo e estereótipo, e tem sua origem ligada à construção social dos significados através da interação. A sociedade institui como as pessoas devem ser, e torna esse dever como algo natural e normal. Um estranho em meio a essa naturalidade não passa despercebido, pois lhe são conferidos atributos que o tornam diferente.

As lutas pela igualdade do sexo e as conquistas no mercado só foram possíveis pelo fato da mulher demonstrar capacidade de adaptação em cargos que antes eram destinados somente ao público masculino. Assim, na polícia militar essas conquistas se deram e dão de forma lenta. A posição que a mulher assume atualmente, ainda, é um reflexo de sua posição no passado. Não é possível perceber grandes mudanças, apesar dos trinta anos de inserção, ainda há subaproveitamento nas unidades, onde a maioria é relegada às funções burocráticas, nenhum oficial superior feminino no Estado maior e em comando de unidades operacionais. Além disso, persistem as cotas para inserção, onde o ingresso de mulheres se dá na forma de 10% (dez por cento).

O novo *status* de policial feminina proporcionou às “novatas”: credibilidade, respeitabilidade, visibilidade e um lugar dentro da sociedade que não poderia ser obtido em outra instituição devido à sua baixa escolaridade e os seus incipientes contatos sociais. Esse esforço para adquirir uma identidade pessoal implicou em adequar-se às normas rígidas da instituição, em submeterem-se a sacrifícios pessoais (CALAZANS, 2004), ou adequar-se a “normas militares” tais como: usar cabelo curto estilo “Joãozinho” durante oito (8) anos seguidos; não poder engravidar sendo solteira; não poder relacionar-se com pessoa “inadequada”; não poder casar sem autorização nem fazer casamento endógeno⁸ (praça x oficial, oficial x praça), sob pena de demissão e/ou licenciamento (a pedido), como ocorreu mais de uma vez (Sgt Elaine X Cel Celeira; Sd Léa x Ten Bendelack). Era vedado às policiais femininas relacionar-se com alguém fora do seu círculo hierárquico – sargentos só poderiam ter relações afetivas com sargentos e subtenentes, soldados femininos com soldados e cabos femininos, oficiais femininos com oficiais masculinos, etc., assim, aquelas que insistiam nos relacionamentos fora do padrão, eram obrigadas a pedir licenciamento da corporação, deixando seus empregos, fazendo com que os casamentos entre militares ocorressem somente entre pares (Sgt Raquel X Sgt Rubens, Sd Neuza X Sd Freitas, Sgt Máurea X Cb Lima, Sd Iris X Sd Ananias, etc.); usar maquiagem “adequada”, conforme Anexo A; enfim, normas que buscavam “domar”⁹ os corpos de modo a favorecer os interesses da organização. (FOUCAULT, 1987).

⁸Endogamia diz respeito às relações amorosas intra e entre círculos na estrutura interna da corporação. Casamentos endógenos envolvem praças X praças, oficiais X oficiais, praças X oficiais;

⁹ Há grande semelhança nos modos de tratamento dado ou infligidos aos grandes grupos de indivíduos que constituem os limites do grupo social: os loucos, prisioneiros, alguns grupos de estrangeiros, soldados e crianças. Em última análise, eles têm em comum o fato de serem vistos com desconfiança e excluídos por uma regra em confinamento em instalações seguras, especializadas, construídas e organizadas em modelos semelhantes (asilos, presídios, quartéis, escolas), inspirados no modelo monástico; chamadas de “instituições disciplinares” (FOUCAULT, 1987a).

A inserção da mulher no espaço público policial coincide com a entrada de mulheres também na política, direcionando esferas de liderança e administração, ocupando um novo espaço onde é priorizado o desenvolvimento de estruturas e trabalho em equipe e onde as decisões são democratizadas. A inserção feminina na PMPA é uma luta desses movimentos e das lutas das próprias mulheres.



Figura 2-Imagem sobre as atividades de Policiamento Ostensivo no ano de 1982, em um posto de trabalho, o PM-Box da Praça da República, em Belém/PA.

Fonte: Arquivo pessoal

A foto acima é emblemática, pois mostra as características do policiamento feminino à época, eminentemente preventivo. As policiais femininas estão em contato com as pessoas, prestando informação, e contatando com a Central de Operações (COPOM) via rádio e observando a movimentação do local. Estas policiais estavam executando seu trabalho diário numa área movimentada e bastante visível, aonde as pessoas iam ao seu encontro em busca de ajuda. Essa ideia de PM-Boxes nas praças é um modelo japonês, trazida para a PMPA pelo Cel PM R/R Mário Nazareno Lopes Rocha, Ex-Chefe do Estado Maior Geral.

1.2 O masculino e o feminino na caserna.

O Pelotão de Polícia Feminina foi apresentado à sociedade paraense em 1º de fevereiro de 1982. Após a formatura, foi alocado em uma casa simples, na Av. Almirante Barroso, no bairro do Marco, adaptada para servir de quartel e abrigar as 57 integrantes. Esta casa possuía sete dependências, convertidas em salas que abrigavam as seções – Armamento de Munição/Almoxarifado, Sargenteação, Comando,

Subcomando, um espaço livre para as formaturas matinais, e dois alojamentos, para o descanso de quem estivesse de serviço.



Figura 3-Imagem das primeiras oficiais femininas do Estado do Pará, com o Governador do Estado, Cel EB Alacid Nunes, em 1982.

Fonte: Arquivo Pessoal

Era vedada ao público masculino a permanência nas dependências deste quartel, salvo o coordenador do pelotão, Cel PM Roberto Campos, e do Asp Of PM Clementino Augusto. R. Rodrigues, oficial responsável pela formação do pelotão Feminino, além da guarda masculina responsável pela segurança do prédio no período noturno.

O dia a dia das policiais iniciava com a formatura matinal, realizada às 07h00 de onde distribuído o policiamento que se concentrava no Belo Centro, antiga zona comercial, PM-Boxes nas praças Batista Campos e da República, aeroporto e Terminal Rodoviário, todos localizados na cidade de Belém. O almoço era servido a partir das 12h, seguido de um período de descanso e a partir das 14 h reiniciava o segundo turno de trabalho até às 18h30, com o efetivo seguindo para suas residências.



Figura 4-Imagem do Prédio da Companhia de Polícia Feminina, localizado na Av.Alm.Barroso em Belém,1982

Fonte: Jornal “A Província do Pará”. (16/04/1982, p. 12).

Segundo dados coletados em campo, o efetivo atual da Polícia Militar do Pará, é de 20.903 ¹⁰policiais, sendo 14.060 em atividade e deste montante 1.929 são mulheres. Desse efetivo, 87 oficiais compõem o quadro de oficiais combatentes (Relatório Reservado-CITEL, 2011). Nos concursos, quando são oferecidas cinquenta vagas para soldado, 10% dessas vagas são destinadas às mulheres; no caso dos Cursos de Formação de Oficiais, igualmente ao curso de soldados, também são ofertadas 10% das cinquenta vagas para o público feminino.

Nestas cinco décadas de contribuição ao mundo do trabalho à sociedade brasileira, as policiais femininas são uma porcentagem de apenas 10% do efetivo total de policiais no Brasil, realidade que se repete no estado do Pará. Percebe-se que o efetivo feminino encontra-se reduzido, provocando dificuldades à policial feminina de alcançar um nível mais alto em escalões hierárquicos, os quais lhe conduziriam ao topo da carreira policial, aos postos de comando. Notam-se, também, algumas dificuldades no que tange a postos de trabalho, ficando a mulher relegada, muitas vezes, à área administrativa.

¹⁰Relatório Reservado (esse tipo de documento é vedado ao público externo, só sendo fornecido à pesquisadora, devido pertencer à instituição, podendo ser citado, nunca divulgado, nem anexado).

Ao serem questionadas quanto à motivação para ingressar na instituição: seis declararam ser pela necessidade e apenas três, a vontade¹¹. Necessidade pelo fato da grande maioria ser pertencente à classe C e desejar um emprego e ganhar dinheiro para a sua própria sobrevivência e vontade pelo fato de ser um campo novo, uma profissão diferenciada e que oportunizaria experiências novas.

É correto citar que as informações acerca da “nova” profissão eram escassas, pois até então somente as PMs de São Paulo, Minas Gerais e Paraná detinham mulheres em seus efetivos. Desta forma não havia, pelo menos para a maioria (8) com o que se identificar e muito menos o que esperar, com exceção das três oficiais alunas (entre as quais a T Cel Izanete) que ingressaram com a patente definida (2º Tenente) e tiveram oportunidade de estagiar em outra instituição, a de São Paulo-PMESP, onde passaram por um estágio, antes de assumirem suas funções na instituição paraense.

1.3 Origens Sociais do Oficial Feminino da PM

A origem das agentes de segurança pública no Pará da PMPA na primeira turma é basicamente a mesma de suas correspondentes nas polícias brasileiras: classes sociais de baixa renda, pouca escolaridade, ascendentes sem profissão estabelecida, cujos ofícios: mecânicos, marítimos, lavradores, motoristas prescindiram de cursos formais de instrução.

Salvo poucas exceções, é de maioria branca, oriunda da capital do estado, Belém, tem em média 53 anos, divorciada e de poucos filhos. Em relação aos seus casamentos, principalmente aqueles realizados entre militares, as falas das entrevistadas deixam evidenciado que eram relações harmoniosas pessoal e profissionalmente ainda que os casamentos não tivessem a durabilidade desejada: das entrevistadas, 4 foram casadas com militares, sendo três (3) policiais e um bombeiro. Permaneceram casadas uma média de 4 anos. Atualmente somente duas são casadas, com o policial e o bombeiro. Nas falas para explicitar a razão para a dissolução de seus relacionamentos, declaram não saber explicar, só que a vida em comum tornou-se inviável por causas dos conflitos e foi melhor separar. Instadas a responder se culpavam a instituição pelo fracasso dos seus relacionamentos negaram o fato apesar de muitas vezes suas escalas de serviço divergirem das escalas de seus companheiros, provocando desencontros, mas

¹¹É impossível determinar se a vontade determinou o ingresso de uma parte das pesquisadas haja vista ingressar na Polícia Militar àquela época era abraçar o desconhecido, pois ninguém tinha ideia no que estava se envolvendo.

ainda assim não relacionam seus problemas conjugais e consequentes separações à sua atividade laboral. O casamento com militares, por outro lado facilitava nossa integração com a tropa, pois através dele, podíamos nos relacionar com os amigos do marido, o que não ocorreria se fôssemos solteiras, criando oportunidades para forjar maiores laços com a comunidade miliciana.

“Nos primórdios da criação da Companhia feminina, os relacionamentos eram limitados aos locais de trabalho, não havia estímulo para que ninguém se encontrasse fora dos postos”. (Ten NEUZA, 51 anos).

Para justificar seu atual estado civil, três solteiras e quatro divorciadas opinam ser por três razões: inicialmente, por causa do salário, pois reconhecem sua condição de bem remuneradas, e com as novas regras do Código Civil, não queremos nos arriscar a ter que pensionar alguém em caso de separação; em segundo, achamos que a oferta masculina ficou mais escassa após nossa ida para a Reserva Remunerada¹², ou seja, era mais fácil namorar alguém da caserna, e finalmente, nossa idade limita um pouco nossas escolhas.

Como declara **Cap Sônia Maria, 51 anos**, divorciada duas vezes de policial militar:

“Ser casada com um PM significa viver num mundo à parte: Se por um lado significa melhor aceitação às normas, uma maior motivação para estar na organização com um companheiro que te apoia e compreende, te possibilitando entender melhor a Organização e seus critérios, por outro lado, te leva para cada vez mais longe de outras possibilidades de emprego, pelo lado profissional, pois um policial militar “compreende melhor as necessidades do trabalho no quartel, ao passo que estar casada com um civil reduz tuas possibilidades de crescimento na carreira, pois és, a todo o momento, confrontada com os horários mais estapafúrdios nem sempre entendidos por teu companheiro”. (Ten SÔNIA, 53 anos).

“Ser casada com um PM tem um lado bom e outro nem tanto, pois eles compreendem melhor as necessidades da profissão, os horários difíceis, as normas rígidas, ao passo que um homem fora da caserna cria muitos problemas: reclama das horas de trabalho que são extensas, dos finais de semana sempre trabalhando. É complicado para eles entenderem que somos uma organização e estamos atrelados a ela para sempre; ruim pois as brigas são terríveis, e com um agravante, a arma de fogo” . (Cap SÔNIA MARIA, 51 anos).

- **Família/escola/moradia**

¹²A passagem para a RESERVA REMUNERADA (aposentadoria) das mulheres policiais pode ocorrer após o cumprimento de 25 anos de efetivo serviço.

Em se tratando de moradia, percebe-se que a grande maioria (6) das policiais reside em área urbana, na capital do estado, com apenas três (3) residindo no interior do estado, em área rural (Barcarena, Ourém, S.Caetano de Odivelas, municípios paraenses). A maioria (7) é oriunda das regiões periféricas de Belém, principalmente dos bairros Guamá, Marituba, Jurunas, Cidade Nova. Atualmente residem na cidade de Belém (7) em bairros periféricos: Pedreira, Condor, Marco, Souza, Coqueiro, e duas (2) residem no interior o estado do Pará.

As pesquisadas frequentaram a escola e algumas famílias eram numerosas (5), e apesar das dificuldades toda a família pode estudar, inclusive as que vieram do interior (2). Seus irmãos terminaram o ensino médio e alguns têm graduação (3): Direito, Economia, Ciências Contábeis. Quase todas as famílias (7) residiam em bairros periféricos da área metropolitana de Belém, com 2 exceções (bairro do Marco, considerado classe média), os quais apesar da sua mudança de *status*, permanecem até os dias de hoje.

As rendas dessas famílias, quase todas da classe C, com 2 exceções (consideradas classe média), eram oriundas de trabalho remunerado, principalmente dos pais, que eram todos alfabetizados, marítimos(2), mecânicos(2) e motoristas(1); Quanto à profissão dos ascendentes, observou-se que as avós são todas oriundas do lar; os avôs praticaram diversos ofícios: agricultores, mecânicos, marítimos, lavradores; os pais eram marítimos, mecânicos, técnicos, motoristas, torneiros-mecânicos; as mães quase na sua totalidade eram/são do lar, com uma exceção, costureira.

Em relação à faixa etária, a média das policiais aposentadas é de 52 anos; as mais jovens, duas capitãs de 51 anos (que ingressaram na PMPA aos 18 anos) , e a mais velha, uma tenente-coronel de 56. Todas ingressaram na PMPA em 1982, a primeira turma de policiais femininas paraenses, conforme o Decreto nº 2.030, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1981 (Anexo A).

A capital do estado do Pará, Belém é o local de nascimento da grande maioria (7), com duas policiais oriundas do interior (Ten Socorro, Ten Neuza) , dos municípios de S.Caetano de Odivelas/PA e Acará/PA, respectivamente;

Quanto ao estado civil, três são solteiras, quatro divorciadas - (sendo duas ex-mulheres de militares) e duas casadas (com militares, sargentos PM e BM), confirmando a premissa que a entrada das mulheres na polícia reforçou a possibilidade de casamento endógeno, policial com policial, estabelecendo relações que transcendem a relação profissional, um fato bastante acentuado na instituição.

No que concerne à família atual, percebe-se que todas residem com a família (marido, filhos e netos). Nesse quesito filhos, 6 das pesquisadas têm filhos que possuem o Curso superior, 2 têm filhos que concluíram o ensino médio e uma tem filho cursando o ensino fundamental. É interessante observar neste quesito que nenhum dos filhos das entrevistadas seguiu a profissão das mães, não se confirmando a hipótese “consolidação da identidade/reprodução dos sistemas” (DUBAR, 2005). De fato, o futuro desses descendentes (19=10 homens, 9 mulheres) não se relaciona à formação de suas mães/pais: alguns (2) são universitários ou graduados (8), estando a maioria (9) cursando o Ensino Médio, percebendo-se que os estilos de vida das entrevistadas não foram reforçados pela socialização profissional. Neste quesito maternidade percebe-se que nenhum dos filhos das entrevistadas seguiu a profissão das mães apesar do apelo das normas militares e de sua reprodução nos lares dos sujeitos da pesquisa, como o autoritarismo e rigor na criação dos filhos.

- **Religião e *status***

A religião evangélica predomina nas famílias das entrevistadas (5), sendo quatro católicas, dando-se o mesmo nas famílias, não havendo mudanças nesse *status* durante a vida na caserna.

Quanto ao quesito escolaridade das policiais: Uma tem pós-graduação (Cap Rosilene-Mestrado em Ciência do Desporto); duas têm curso superior completo (TCel Izanete-Serviço Social, Cap Sandra -Pedagogia); duas têm C. Superior Incompleto (Cap Ailsí- Economia/Ten Sônia-Letras) e as demais (4) o ensino médio; Percebe-se que o *status quo* não foi modificado mesmo após a ida para a Reserva Remunerada, pois apenas uma capitão (Rosilene), possuidora de Pós-graduação *stritu sensu*, obteve o título após a reserva remunerada, as demais permanecem na mesma situação escolar de quando trabalhavam.

Diferente dos demais policiais, em grande maioria, que até poderiam passar despercebidos, devido ao volume do seu efetivo, as policiais femininas, recém-chegadas à sociedade paraense eram apenas 57 (cinquenta e sete) e além de ser a menina dos olhos da Corporação, o embrião de uma nova experiência, tinham suas atitudes constantemente monitoradas pela sociedade civil e, principalmente pela comunidade miliciana.

Estas afirmações reforçam a ideia de que as policiais constituíram um *habitus* pelas origens sociais, capital social e simbólico associados à profissão, de forma a seguir um comportamento considerado ideal pela Corporação, um modelo aprendido durante 25 anos, o qual não foi esquecido nem durante sua passagem para a Reserva Remunerada. Ser policial feminino se constituiu numa nova forma de identidade profissional criada dentro da Polícia Militar do Pará.

CAPÍTULO 2 - CAMINHAR NO PRESENTE: VIVÊNCIAS E TRAJETÓRIAS.

2.1 Um mundo objetivo para o feminino.

Após “adequar-se” à realidade da caserna, dada a sua capacidade de adaptação, flexibilidade e afetividade, as mulheres contribuíram para a melhoria da imagem da Polícia Militar enquanto organização. Ao contrário do que muitos especialistas supuseram, quando acharam que haveria uma feminização da Polícia, a realidade dos quartéis é bem diferente.



Figura 5-Imagem das alunas sargento com o Comandante do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças-CFAP, Cel PM Nunes, durante o Curso de Formação, em 1982.

Fonte: Arquivo Pessoal

Atualmente, as mulheres continuam as mesmas funções do passado, serviço administrativo e pouca relevância nas unidades operacionais. Apesar de não saber o que esperar por ocasião de sua inserção, em 1982, o processo de construção social contínuo a que foram submetidas as milicianas paraenses lhes instou a desejar mais, apesar da constante massificação dos valores masculinos, da disciplina e dos meios totalizantes das relações de trabalho.



Figura 6-Imagem de Sargento-aluna no CFAP-1987, no Curso de Aperfeiçoamento de sargentos-CAS, executando serviço de Guarda na unidade escola.

Fonte: Arquivo Pessoal

Como é possível observar pela foto, a modelagem iniciada no curso de formação, em 1982, persiste nos cursos posteriores. Na imagem, de 1987, é visível o uniforme, idêntico ao utilizado pelo policial masculino, caracterizado pela calça de instrução, gandola, gorro e coturno; a arma utilizada, uma metralhadora INA, um modelo de época.

Após a árdua aprendizagem, marcada por movimentos de adaptação e resistência, que incluiu submeter-se à violência e sacrifícios pessoais (CALAZANS, 2004), as mulheres milicianas paraenses lograram apropriar-se dos seus destinos, inclusive do seu ambiente de trabalho. Ledo engano, o que se vê é a velha máquina burocrática e formal que continua a exigir dessas mulheres a mesma capacidade de adaptação, flexibilidade e afetividade de outrora, de modo a alinhar-se individual e coletivamente a uma cultura organizacional violenta e dominada por homens, que preserva e reproduz a lógica da divisão hierárquica, os valores masculinos, a formalização e a disciplina (BRITO et al, 2007).

A crise institucional (greves, aumento da criminalidade, truculência policial) que foi o estopim para a entrada das mulheres nas organizações militares, foi diluída e substituída por outras crises, mas as mudanças necessárias para a adequação da mulher

às organizações de segurança não ocorreram, estando estas organizações estagnadas no tempo e na história.

O efetivo feminino é mantido sob vigilância como se o aumento deste fosse prejudicial à organização. Não se permite que ele ultrapasse 10% (dez por cento) do efetivo total masculino. Como não há um rigor na execução dos concursos públicos não é possível fazer previsões para o aumento do *team* feminino e sua possível emancipação: postulação de cargos, aumento de salários, projetos exclusivos para as mulheres.

Os desejos das policiais femininas hibernam, com a postulação de que alguma mudança se concretize e vivendo sob a pauta permanente de uma mudança que não depende de si, só do outro.

Pautados nos pressupostos de Lakatos e Marconi (1999), para quem tanto métodos quanto técnicas de pesquisa devem adequar-se ao problema a ser estudado, às hipóteses levantadas, e ao tipo de informantes com que se vai entrar em contato, procuramos correlacionar o nosso instrumento de pesquisa com a *história de vida* dos sujeitos, para obter dados relativos à experiência pessoal buscando conhecimento acerca de nosso objeto de estudo, a trajetória profissional.

O uso de questionários sem a nossa presença enquanto pesquisadora nos permitiu a observação direta e deu às participantes a liberdade de manifestação sobre as categorias conceituais como: profissão, trajetória, discriminação, condição feminina, reconhecimento, dignidade, respeito, oportunidade. Essas categorias aparecem na maioria das respostas obtidas o que nos permite concordar com o uso de tais técnicas.

Instadas a falar da profissão, deduzimos que a maioria (7) não exercia nenhuma profissão antes de ingressar na instituição militar, com três exceções: (a tenente-coronel) exercendo a profissão de assistente social; uma exercendo a profissão de comerciária na zona comercial de Belém; uma exercia o ofício de babá, trabalhando informalmente;

A trajetória profissional da grande maioria (8) inicia com o ingresso no curso de aluna soldado, com exceção da 1ª Comandante, na ocasião 2º Tenente (1) que ingressou como oficial aluna, por possuir o curso superior (S.Social); trabalhou em empresas públicas e privadas.; Após o Curso de Formação de soldados (CFSd Fem), cursado numa turma exclusiva¹³ - prosseguem no Curso de Formação de Sargentos (CFS) e após

¹³Ao ingressarem na PMPA houve certo distanciamento por parte dos policiais masculinos que já se encontravam na corporação. Estes policiais não podiam se aproximar das policiais femininas; estas eram isoladas, almoçavam em uma mesa afastada, havendo um coletivo exclusivo para as alunas se deslocarem ao Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças-CFAP onde eram alocadas em uma sala de aula exclusiva para as mulheres e apartadas de outros alunos-soldados.

um período de interstício¹⁴ (cerca de dez anos), - e após concurso interno - ingressam no Curso de Habilitação de Oficiais (CHO) onde passam a fazer parte do círculo de oficiais na qualidade de Oficiais de Administração¹⁵; Em relação á sua mobilidade, chegaram aos postos de comando através de nomeações. Após o término do CHO, foram classificadas em unidades da capital (7) e do interior (1), onde passaram a exercer as funções de Almojarife, Chefe da Reserva de Armamento e Aprovevisionadora¹⁶.



Figura 7-Imagem da apresentação do pelotão Feminino à sociedade paraense, abril de 1982.

Fonte: Arquivo pessoal

O diferencial na fotografia é o fardamento, de gala, 3º RUPM, normalmente usado em ocasiões especiais, a marcialidade, própria das organizações militares é

¹⁴Interstício é o espaço temporal entre as promoções de terceiro sargento, segundo sargento, primeiro sargento e subtenente que pode variar se houver vagas no quadro.As promoções na Polícia Militar paraense ocorrem em duas datas: 21 de Abril, dia em que se homenageia o Patrono das Polícias do Brasil e 25 de setembro, dia do aniversário da Polícia Militar, em que se homenageia o seu patrono, Cel PM Antônio Sérgio Dias Vieira da Fontoura.

¹⁵O Curso de Habilitação de Oficiais é um curso voltado para os praças da corporação, os quais (subtenentes, primeiro e segundo-sargentos) após um concurso interno são habilitados a um curso que possibilitará o seu acesso a um quadro de Oficiais de Administração (QOA), o qual possibilitará sua promoção até o posto de capitão. Os oficiais de Administração (QOA), têm funções diferentes dos oficiais de formação QPMP-0 (COMBATENTES), pois são oficiais voltados à atividade meio da corporação, podendo ser exclusivamente chefes de seção, voltados ao Almojarifado, Reserva de Armamento e Aprovevisionamento, executando esporadicamente outras chefias.

¹⁶As funções de Almojarife, Chefe da reserva de Armamento e Aprovevisionador são exclusivas de Oficiais de Administração., que são oriundos do Círculo de Praças.

observada e confrontada com a feminilidade aplicada no fardamento, próprio das mulheres, e atraente para a população.

2.2 Preconceito e subalternidade.

As instituições militares possuem uma identidade marcante, nas quais a disciplina e a hierarquia são as bases para a formação dos sujeitos que delas fazem parte. Para modelar os indivíduos a fim de que se adequem ao perfil exigido pela instituição institui-se um modelo marcial de comportamento que deve ser obedecido sem questionamento sob pena de ser considerado inadequado para a corporação.



Figura 8-Imagem do desfile no 10º Aniversário da Cia Pol Fem, uma prova material das comemorações em separado da tropa, às proximidades do seu quartel em Belém.

Fonte: Arquivo Pessoal

Foucault (1987) se reporta a esse modelo como disciplinador, visando domar os corpos recalcitrantes:

Exercer sobre eles uma pressão constante, para que se submetam todos ao mesmo modelo, para que sejam obrigados todos juntos “a subordinação, à docilidade, à atenção nos estudos e nos exercícios, e à exata prática dos deveres e de todas as partes da disciplina”. Para que, todos, se pareçam. (FOUCAULT, 1987,p.163)

Desse modo essa docilização,¹⁷ aplicada ao longo de 25 anos proporcionou uma acomodação às policiais femininas paraenses, pois se de um lado lhes garantiu o acesso à valorização profissional, acesso à sociedade e à própria valorização como pessoa humana independente, por outro lado lhe descaracterizou as potencialidades, homogeneizando suas atitudes de modo a lhes permitir a sobrevivência dentro da organização militar. Esse processo de ressocialização, proporcionado pela disciplina, uma forma de domar os corpos (FOUCAULT, 2008), proporcionou autonomia, fazendo com que essas mulheres tomassem as rédeas de seus destinos, ao mesmo tempo em que as sujeitavam ao autoritarismo gerencial próprio das instituições militares (CALAZANS, 2004).

Lembremo-nos que o período de inserção das mulheres na PMPA deu-se na década de 1980, embora a base legal para a admissão de mulheres no Brasil tenha sido estabelecida no período autoritário, por meio de portarias do Estado-Maior do Exército. (SOARES e MUSUMECI, 2005). A criação efetiva dos corpos femininos ocorreu no final dos anos 1970 e início dos 1980, com a fase da abertura política, com exceção de S. Paulo que data de 1955, com a criação do Corpo Feminino de Guardas Civis, que mais tarde seria incorporado à Polícia Militar do Estado de São Paulo-PMESP, em 1970 (SOARES ; MUSUMECI, 2005).



Figura 9-Imagem do Pelotão feminino, 25 de Setembro de 1982, na primeira formatura de aniversário da corporação da qual tomaram parte. O estilo marcial se complementa com o aspecto de “modelos” fardadas como a instituição exigia.

Fonte: Arquivo Pessoal

¹⁷Para Foucault (2008), o que interessa ao poder não é expulsar os homens de sua vida social e sim gerir a sua vida, controlando-os em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando-suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades; o objetivo é ao mesmo tempo econômico e político, tanto aumenta o efeito do seu trabalho como diminui a sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens do poder, tornando os homens dóceis politicamente;

O panorama político paraense na década de 1980 não diverge do panorama brasileiro no que concerne à crise institucional, necessidade de mudanças na organização do trabalho e movimentos de mudanças no âmbito das sociedades contemporâneas (CALAZANS, 2004). A entrada das mulheres nas instituições policiais foi justificada pela necessidade de manter a legitimidade e a sobrevivência, fazendo estas organizações promoverem mudanças nas suas políticas de gestão, incluindo o recrutamento e seleção de mulheres. Atualmente as mulheres estão presentes nas 26 organizações de segurança pública, localizadas nos diferentes estados da federação brasileira (BRITO et al, 2007).

Enquanto porta-vozes desse modelo masculino, essas mulheres reproduzem a lógica da dominação, haja vista terem aderido a todas as regras, sanções, incapacidades, possibilidades como sendo “naturais” (BOURDIEU, 1998). Esse espírito é reforçado pela sua atitude diante da vida, destarte estar na Reserva Remunerada há mais de dez anos , ainda cultivam os mesmos valores que existiam na ativa.

”Não tenho amigos fora da PM”; ”Bons momentos marcaram minha vida, principalmente quando o Ten Augusto¹⁸ falou que eu tinha potencial para ser cabo” (TEN BERNADETH, 54 anos).

Não obstante os atuantes movimentos feministas contemporâneos algumas policiais não consideram a desigualdade de funções como problema, revelando certo conformismo com as práticas discriminatórias de tratamento para com o gênero feminino. Isto fica claro na fala de todas. Quando perguntada sobre exploração de trabalho, apresentam o seguinte argumento “Não nos apercebemos disto”.

É fato que tais práticas discriminatórias de exercício de função são comumente exercidas no interior da Corporação, conforme afirmam das entrevistadas e isto nos remete a Negrão (2002) e Toledo (2003), cujos estudos observaram a existência do classismo e da exclusão de grupos, pela opressão de gênero etnia e de classe social.

A prova disso é que até hoje as mulheres são submetidas a alguns constrangimentos enquanto mulheres, cidadãs e operadoras do Sistema de segurança Pública, tais como ausência de alojamentos diferenciados com banheiros próprios, a carência de equipamentos proporcionais à anatomia feminina tais como colete balístico feminino, mas principalmente a ausência de políticas públicas que promovessem a justiça e a equidade na carreira de policial feminino – verificável quando se percebe a

¹⁸O Asp Of PM CLEMENTINO AUGUSTO RUFFEIL RODRIGUES era o único Oficial masculino em contato direto com o grupamento feminino por ocasião dos cursos de formação, no CFAP;

ausência de mulheres nos postos de comando de unidades, no Estado-Maior da Corporação, no ingresso injusto e discriminatório à PMPA, que colide com normas em uso em outras Polícias mais voltadas a justiça social e não discriminatória.

Para cinco (5) das entrevistadas, ter sido PF em pioneira em comparação a outras polícias não é passível de comparação, pois o Pará é afastado dos grandes centros o que dificulta a mensuração desses efeitos. Não se tinha contato e intercâmbios onde pudessem ser comparadas as experiências. Para quatro (4) dos sujeitos, essa é uma questão não relevante, principalmente quando lembram que apesar do Pará ter sido um estado pioneiro na admissão de mulheres, isto não se reverteu em benefícios das mesmas, ao contrário, muitas mudanças precisam ser realizadas para que as policiais tenham uma carreira satisfatória. Além disso, é triste saber que mesmo ser a 4ª polícia do Brasil a incluir mulheres, em alguns aspectos estamos atrasadas em relação à polícias femininas mais recentes como uniformes mais adequados - Em 08 de março do ano corrente, por ocasião do Dia da Mulher, as policiais femininas da Brigada Militar do rio Grande do Sul receberam o colete balístico adaptado à fisiologia feminina, uma reivindicação de todas as policiais femininas - alocação de mulheres em unidades especiais, e valorização da carreira como comandos de unidades operacionais. Quando provocadas sobre as vantagens de ser PMFem na instituição, em relação aos homens: ficar ausente de escalas mais pesadas como motins em penitenciárias, reintegrações de posse, etc, considerados os aspectos mais pesados e desagradáveis do policiamento, ser opção para o serviço administrativo também é uma vantagem, tanto que 65% do efetivo feminino está alocado no interior dos quartéis. Contudo as desvantagens são maiores: ter um efetivo 90% menor que o efetivo masculino, 1.897 para 16.000 homens em atividade; ter menos chances para promoção já que os concursos internos são escassos e não há um padrão estabelecido para os concursos públicos, à mercê da vontade da administração pública; não ter voz ativa no estado Maior Geral, pois mesmo após 31 anos de existência há em atividade somente duas (2) coronéis combatentes, sendo que uma (1) já solicitou a sua reserva remunerada.



Figura 10-Imagem da formatura do Pelotão Feminino, 21 de Abril de 1982.

Fonte: Arquivo Pessoal

Na imagem, as policiais estão na posição de sentido, evidenciando-se a marcialidade, uma das faces da modelagem a que são submetidas as mulheres policiais.

Questionadas sobre as vantagens de ser mulher: Cinco (5) se reportaram às dificuldades: ausência de banheiros adequados às particularidades femininas, não poder amamentar os filhos devidos às escalas de serviço, não poder escolher quartéis mais próximos do domicílio devido à amamentação, uma oferta de psicólogos e psiquiatras aquém das necessidades do efetivo não só feminino como geral, ausência de creches onde pudesse deixar os filhos para trabalhar e também um paradoxo: o mesmo serviço administrativo vantajoso para algumas é um entrave para outras pois cerceia as opções de carreira.

Quanto aos preconceitos sofridos devido à sua condição de mulher: apesar de algumas aceitarem ter sido relegadas à função administrativa, um aspecto importante na instituição, destarte um aspecto deveras desvalorizado, profissionalmente, pois para a instituição só tem valor (simbólico) quem trabalha no campo operacional, algumas se ressentem de ter não tido outras opções, principalmente na área de Operações Especiais, a grande vitrine do policiamento na instituição miliciana.

Considerado um dos maiores preconceitos contra as mulheres policiais reside nesse aspecto haja vista que a grande maioria do efetivo feminino se encontra na área administrativa dos quartéis, até mesmo nas zonas de policiamento, o aspecto mais operacional da área metropolitana de Belém. É como se a mulher policial devesse estar designada exclusivamente para este aspecto, não se adequando à atividade fim da

Corporação, o policiamento ostensivo. Para todas as entrevistadas, estar na área administrativa é estar na obscuridade, mesmo quando se exerce uma função de comando, como almoxarife, chefe da Reserva de Armamento ou aprovacionadora, destarte estas áreas serem imprescindíveis na execução do policiamento, pois, para policiar necessita-se de coletes balísticos, armamento, uniforme, alimento, etc.

“[...] Sempre fui operacional, tirava serviço na rua, quando passei a ser oficial fiquei burocrática e não gostei, queria ir para a rua” (TEN BERNADETH, 53 anos).

“O maior tempo que passei em uma unidade foi na Radiopatrulha onde fiquei durante dez (10) anos, só saindo por extinção da mesma”. (TEN BERNADETH, 53 anos).

“Gostava da rua porque o policiamento nos trazia conhecimento, éramos vistas, fazíamos amizades com várias pessoas e sabíamos quem eram os delinquentes da área que trabalhávamos.” (TEN BERNADETH, 53 anos).

2.3 Um caminho de dificuldades.

As lembranças dos cursos de formação para todas são boas: companheirismo, competição por antiguidade, muita instrução, trabalho em equipe. As lembranças dessa época são de disciplina rígida e sua maior dificuldade se traduz no cumprimento de normas, na adequação ao mundo masculino e na saudade da família; Naquela época a formação era mais voltada ao modelo militar, com ênfase na doutrinação, na hierarquia e na disciplina, diferente do modelo atual, mais voltado às técnicas de polícia¹⁹.



Figura 11- Imagem do Curso de Formação de Oficiais, Rio de Janeiro, 1992.
Fonte: Arquivo Pessoal

¹⁹“Na literatura especializada produzida pelas ciências sociais, pode-se encontrar uma enorme quantidade de modelos atribuídos à polícia: modelo “paramilitar”, “burocrático-militar”, modelo de aplicação da lei (*lawenforcement*), modelo de “serviço”, modelo de “polícia comunitária” (*community policing*), entre outros”(PONCIONI,2005,P.589);

A imagem acima é um registro histórico que atesta que as técnicas de formação eram iguais para homens e mulheres.

Para se adequarem ao rigor do “ser policial”, as mulheres suportaram uma longa e árdua aprendizagem marcada pela violência e sacrifícios pessoais. (CALAZANS, 2004).. O companheirismo se revelava pelas trocas de serviço quando havia necessidade, por ajudar-se mutuamente em situações adversas, pela sua própria inclusão em um grupo “estranho”, do qual nada se sabia, só se imaginava.²⁰ A própria relação com os companheiros de instituição era difícil, truncada. Uns por se sentirem ameaçados pela presença das mulheres e o risco de serem suplantados em suas missões de trabalho já que as mulheres possuíam maior escolaridade; outros pelo desejo de maior familiaridade e aproximação, fato que incomodava suas mulheres, que se sentiam inseguras como esse modelo “misto”²¹ de policiamento. As relações de amizade aos poucos foram sendo ajustadas conforme os policiais masculinos se acostumavam com a presença da mulher nos quartéis, forjando outro modelo de companheirismo -masculino X feminino, no qual as mulheres eram protegidas de missões mais árduas e acompanhadas nas missões ditas mais perigosas. Nesse aspecto era saudável a relação com graduados²² e respeitosa e distanciada com os oficiais, pois não fora encorajada durante os cursos de formação, diversa dos modelos atuais onde há um maior convívio entre oficiais e praças.

²⁰Em 1982 não se tinha ideia do que seria a polícia feminina. Muitas compraram a ideia de um grupamento militar e embarcaram em uma “aventura”. A Cmt da Cia Fem T Cel Izanete foi a primeira mulher a frequentar o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais-CAO (requisito necessário à promoção a Major PM), no Norte e Nordeste;

²¹O patrulhamento ostensivo a pé era realizado em duplas (masculino e feminino), denominado “Romeu e Julieta”, na área comercial de Belém;

²²Cabos, no círculo de cabos e soldados; Sargentos e Subtenentes, no círculo de Sargentos e subtenentes;

CAPÍTULO 3 - VISLUMBRANDO O FUTURO: PERCEPÇÕES DA MULHER POLICIAL

3.1 A mulher no mundo subjetivo do oficialato

Atualmente, nota-se que as mulheres estão inseridas em todos os espaços, outrora ocupados somente por homens. Na conquista desses espaços as mulheres vêm mostrando que são capazes de desenvolver atividades, antes, inerentes aos homens, com muita feminilidade.

De acordo com Probst (2007, p. 01) “o mundo anda apostando em valores femininos, como a capacidade de trabalho em equipe contra o antigo individualismo, a persuasão em oposição ao autoritarismo, a cooperação no lugar da competição”.

Estudos mostram que o número de mulheres em postos de trabalho diretores cresce paulatinamente, o que só confirma a citação anterior, pois se tem tido a necessidade cada vez maior de incluir elementos vistos como “pacificadores” nas instituições de trabalho. É como se o homem fosse visto como ser bruto, tumultuador e destruidor e a mulher vista como o ser “pacificador”. Além disso, autores defendem que a inserção feminina no trabalho, em equipe, permite que demonstre sua sensibilidade, criatividade e capacidade de criação para problemas aparentemente insolúveis:

A vida profissional compartilhada com as mulheres tem se revelado mais ativa, mais colorida e mais interessante. Esse intercâmbio de conhecimentos e sensibilidades tem se mostrado proveitoso para ambas as partes. Troca-se razão por criatividade, matemática por poesia, disciplina por afetividade. E vice-versa. Reafirmo a necessidade de aprendizado permanente e as mulheres são boas professoras por natureza. Enfim, diria que não importa o sexo ou a opção sexual. Quem aspira a uma carreira de sucesso tem que assumir, de agora em diante, um perfil mais feminino (JÚLIO, 2002).

O fato é que a inserção feminina no mercado de trabalho não é um paraíso. Alguns preconceitos ainda persistem. As mulheres ainda são preferíveis para funções de rotinas, ou seja, em posições que exigirão esforços repetitivos em suas atividades. Por isso, é importante este questionamento sobre a trajetória feminina na PM, pois um estudo deste tipo propiciará o entendimento desta categoria e a feminização do trabalho nas instituições.

Para a maioria, oriunda como praça, a própria cultura organizacional se encarregou de dar grande significado a essa mudança de *status*. Houve uma mudança não só financeira, mas social e significativa. Para a tropa há uma distância considerável

entre praças e oficiais, entre os comandos e os executores. A grande maioria (5) tinha por meta o oficialato e esta mudança provocou mudança no mecanismo da instituição, mesmo que parecessem insignificantes para a maioria, já que houve a permanência nos mesmos bairros de origem da família, na religião, na escolaridade. A ascensão na carreira possibilitou novos ganhos, principalmente simbólicos como poder de barganha, escolha de locais onde servir, principalmente o interior, possibilidade de fazer uma faculdade, etc. ainda que não tenham aproveitado todas as chances. As que se deslocaram para o interior o foram por vontade própria para mudar o cenário e dar um tempo da capital. Aquelas que são oriundas do interior quando puderam, quando ingressaram na Reserva Remunerada-R/R retornaram, fazendo moradia naqueles locais, naturalmente em condições mais favoráveis.

Sobre o fato de não terem continuado os estudos afirmaram que não o fizeram por acomodação, as escalas eram muito apertadas e o pouco tempo que sobrava queriam dedicar-se à família. Quando ingressaram na reserva remunerada afirmaram ter pedido a motivação já que seu maior desejo já fora alcançado: o oficialato. Na ocasião dos concursos internos, os quais eram muito concorridos havia muita tensão com uma demanda muito grande por vaga. Era e é ainda uma questão emblemática na PM, com uma defasagem muito grande entre o oficialato e os graduados. Devido a dois decretos governamentais há uma quantidade muito grande de cabos (470) e uma quantidade ínfima de sargentos, fato que se reflete nas promoções, ocorridas em pequenas quantidades, um fator de desestímulo para a maioria dos praças da Corporação.

As perspectivas profissionais de três delas referem-se a carreira (3); quanto ao restante (6) somente sonhava sustentar sua família e manter-se no emprego; As perspectivas para esta profissão eram abstratas pois não havia parâmetros de comparação. Como turma pioneira²³ e antes da Constituição de 1988, o estilo a que foram submetidas era o de polícia guerreira, força auxiliar do Exército, cujos integrantes ainda não estavam preparados para receberem mulheres no seu efetivo.

“Minha vida poderia ter sido melhor, se os homens com quem convivíamos e que nos comandavam, não tivessem colocado no meu caminho uma pedra e ter denominado essa pedra de mulher. (TEN NEUZA, 51 anos).

²³A apresentação das policiais femininas para a sociedade paraense no dia 21 de abril de 1982, conforme o jornal *O Diário do Pará* de 16 de abril de 1982, devido os festejos alusivos ao Tiradentes, que é considerado pelos militares como o Patrono da Polícia Militar. Estas “milicianas” desenvolveram atividades policiais a partir do dia 3 de maio de 1982.

“O motivo das minhas transferências se dava por incompatibilidade hierárquica; Quando eu via que seria perseguida, pedia transferência” (TEN BERNADETH, 53 anos).

Por outro lado, comandar desse modo também não foi fácil:

“[...] Penso ter sido injusta em algumas vezes, porém no momento era o que o militarismo pregava, por mais que eu discordasse [...].A disciplina e a hierarquia te obriga a fazer coisas contra teus princípios” (Ten-Cel IZANETE, 56 anos, Ex-Cmt da Cia Fem).

O recordatório dos últimos dias de trabalho parece não ter sido de grande significação, pois se reportaram ao trabalho exaustivo, às jornadas extenuantes; à jornada dupla: serviço doméstico/policial; à exploração no trabalho; Este grupo não se reportou às frustrações, diferente da maioria das praças da instituição, haja vista uma parte dessa turma (10/54) ter conseguido ascender à carreira de Oficial. Isto se dá também pelo fato de as mulheres serem porta-vozes de uma Corporação hegemonicamente masculina e masculinizada (NUMMER, 2010).

Ao inquirirmos sobre as mudanças que a vida policial imprimiu nas suas vidas as respostas são unânimes: de grande significação para todas, com mudanças no *status*, de desempregadas para funcionárias públicas; mudanças no perfil, com aquisição de algumas qualidades como coragem, desenvoltura, mas principalmente a ascensão social; é possível perceber nessas falas, a herança identificadora da instituição e a incorporação do *habitus*, pois ao ingressarem na PMPA, as mulheres eram as que detinham menor capital simbólico²⁴, um elemento identificador do ideal de masculinidade, inerente às instituições militares. A mudança de *status* social se fez acompanhar pela construção de uma identidade social diversa dos seus elos familiares, ocorrendo a partir do *habitus*. (BOURDIEU, 1998).

Na atualidade, para estes sujeitos, sua identificação com a PM é a mesma da época da sua inclusão. A sensação de pertencimento persiste apesar de todas estarem há alguns anos na Reserva remunerada; Satisfeitas, talvez por ter sido o único emprego que conheceram, talvez por terem se identificado com os ideais da instituição – força, disciplina, ordem, coragem, mas principalmente pela doutrina massificada nos seu dia a

²⁴“O capital simbólico é uma propriedade qualquer (de qualquer tipo, físico, econômico, cultural, social), percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor.” (BOURDIEU, 1996, p.107);

dia, que permanece latente nos seus interiores. Nesse aspecto, as policiais paraenses não divergem de outras policiais de outras PMs coirmãs. Apesar dos preconceitos, dificuldades e diferentes formas de comando, por causas das características regionais, as policiais femininas tendem a se acomodar, talvez por acharem que as mudanças irão ocorrer em longo prazo, ou pelos ganhos conseguidos terem sido o suficiente para satisfazer seus sonhos mais imediatos – um trabalho, uma carreira, mesmo que esta tenha tantos obstáculos.

Elas perceberam em si próprias o acréscimo de algumas características que se traduziram em mudanças no seu perfil: de medrosas a corajosas, menos hesitação para tomar decisões, principalmente que afetavam seus destinos e de toda a família, a qual passou a gravitar em torno da sua ocupação e dos ganhos que passaram a beneficiar a todos.

“Meu ingresso na PM mudou muito a minha vida; fiquei mais responsável, aprendi a lidar melhor com os meus medos”. (Ten SÔNIA, 53 anos).

“Meu ingresso na PM mudou muito a minha vida; eu que era desempregada passei a ser uma funcionária pública, em uma instituição não convencional, que me deu muitos privilégios, principalmente na minha vida fora do quartel; isso fez com que eu superasse muitas dificuldades internas; eu podia dizer: a coisa aqui dentro não é muito boa mas sou privilegiada por estar aqui!”. (TEN NEUZA, 51 anos).

Quanto ao olhar das pessoas, essa identificação sempre foi positiva, quer pelo bom salário, quer pelo respeito e admiração que suscitam nas pessoas:

“Tenho poucos amigos fora da PM, que vêem muito bem a nossa profissão, principalmente a nossa remuneração”. (CAP ROSILENE, 50 anos).

“Se eu não fosse policial militar, com certeza seria algo parecido. [...] Tem muita gente me olhando, quem eu era ontem, que sonhos eu tinha; aqui posso crescer, galgar outros degraus e isso foi muito bom!” (TEN NEUZA, 51 anos).

“Meus poucos amigos fora da PM me vêem com orgulho e admiração. [...] Tenho muito orgulho de ser PM e agradeço à minha família que me deu todo o apoio.” (CAP AILSI, 55 anos).

Alguns amigos revelam ainda ter admiração pela coragem necessária para seguir a profissão, considerada difícil sob alguns aspectos:

“Depois de ingressar na Polícia, tive muito mais coragem para resolver meus problemas”. (Ten SÔNIA, 53 anos).

“Durante o período do quartel fiz alguns amigos civis. Acho que eles me vêem positivamente, porque eu soube batalhar pelos meus objetivos; alguns

acham uma profissão diferente e outros acham perigoso". (CAP SANDRA, 50 anos).

Outras, nem tem amigos fora do aquartelamento:

"Não tenho nenhum amigo fora da PM". (Ten BERNADETH, 54 anos).

Ter partido como aluna soldado e chegado ao oficialato é motivo de orgulho para todas, pois, mais que um objetivo alcançado, foi percorrida aquela grande distância que separa os dois círculos da Instituição, o de oficiais e o de praças. Para a Ex-Cmt, Ten-Cel Izanete não foi possível mensurar essa distância haja vista ter sido nomeada oficial logo após seu ingresso e ter sido designada em 21 de abril de 1982 para comandar a Companhia Feminina. Contudo, para as demais a sensação é totalmente diversa. Após o período considerado por todas o mais difícil, do curso de formação de soldados-CFSd, onde a disciplina rígida ²⁵e o cerceamento de liberdade era o maior obstáculo, a chegada ao quartel de Polícia Feminina deu início a uma nova fase, onde todas tomaram ciência de que eram policiais, e, principalmente policiais militares, fato do qual eram lembradas constantemente, devido à disciplina rígida e ao constante cumprimento de ordens.

Ter cruzado a ponte que separa oficiais de praças é considerado um marco na carreira dessas mulheres. Um divisor de águas. Essa transição se deu em 24 anos, que foi o tempo do ingresso, a transição do círculo de soldado para o círculo de sargentos - outro marco – o interstício para o curso de Habilitação para Oficiais-CHO, uma disputa sem privilégios com uma parcela maior de concorrentes, os graduados masculinos. Chefiar uma seção é ter ultrapassado outra barreira haja vista a quantidade de concorrentes à altura:

"Foi impressionante a minha trajetória: patrulheira a pé, Comandante de viatura, sargenteante do 1º Batalhão, Chefe da seção de Recrutamento e Mobilização do Comando de Policiamento da capital da PMPA." (Ten SÔNIA, 53 anos).

"Assumi todas as funções administrativas simultaneamente: Almojarife, tesoureira, Aprovevisionadora, Chefe da Reserva de armamento e Chefe dos Voluntários Civis." (TEN NEUZA, 51 anos).

²⁵Apesar da pedagogia militarista, como diz alguns corpos recusam-se a ser domesticados e isso implica numa inadequação à carreira militar, trazendo sofrimento e dor, como se pode depreender em algumas falas. .In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2013.

3.2 O significado de ser oficial feminino

O que significa ser oficial feminino? Criar uma identidade pra si e para o outro? Adequar-se às regras impostas, resistindo ao cerceamento do Eu? Construir-se e reconstruir-se, forjando uma identidade nova, que lhe permita permanecer na organização, apesar do seu sofrimento?

Nas três décadas de inserção, as policias femininas mudaram suas características, reinventaram-se. De frágeis meninas da periferia de Belém e interior, arregaçaram as mangas e criaram pra si e para os outros, novas identidades.

A argumentação de Dubar (2005) considera a hipótese de uma articulação entre condições objetivas e estruturas subjetivas na formação da identidade, e considera que essa mesma identidade é caracterizada pela divisão do eu. Logo Dubar (2005), sustenta que identidade para si e identidade para o outro, é em si, uma identidade social:

[...] Desse ponto de vista, a identidade nada mais é que o resultado a um só tempo estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, conjuntamente, constroem os indivíduos e definem as instituições. (p. 136).

Nos trinta anos de convivência com a tropa, as milicianas paraenses tiveram que aprender na suportabilidade dessa convivência sua emancipação e autonomia. Claro que essas ações tiveram um preço, a limitação dos nossos destinos. Essas mulheres, mesmo com o seu afastamento do aquartelamento, após sua ida para a Reserva remunerada não compreendem as violências a que foram submetidas, podendo-se afirmar que tal fato deriva da ausência de uma “ética de igualdade”. Como uma categoria historicamente discriminada e por não ter as diferenças e especificidades reconhecidas, esse grupo aprendeu a achar natural ser tratado de forma estigmatizada e ser visto de forma negativa (GOFFMAN, 1988).

Ao acostumar-se a ser tratada como cidadã de segunda classe, a mulher miliciana paraense confirma a relação de poder dominante sob qual são impostos os padrões excluindo qualquer verdade que possa ser estabelecida e reconhecida como diferente.

Esta turma de 1982, turma pioneira feminina da Polícia Militar do Pará-PMPA, foi incluída por concurso público, com 3 vagas para oficiais, para quem detinha o curso superior, 4 vagas para sargentos, para quem possuísse o ensino médio, antigo segundo grau, e cinquenta vagas para soldados, para quem houvesse cursado o ensino fundamental até 8ª série, antigo 1º grau. A Tenente-Coronel Izanete ingressou como

oficial aluna, possuindo o curso de Serviço Social, juntamente com duas advogadas, ex-Ten Ellen e ex-Ten Buarque, ambas demissionárias após algum tempo na Corporação; atualmente a ex-Ten Buarque é juíza de Direito e a Ex-Ten Ellen é Ex-Comandante da Guarda Municipal de Belém; Uma capitão (Ailsi), ingressou como aluna-sargento, e as demais ingressaram como alunas-soldado. As mais jovens (2), (Cap Rosilene/ Cap Sandra) oriundas do Curso de Formação de Soldados- CFSd, são as que mais executaram atividades profissionais fora da capital do estado, em unidades do interior, além de possuírem maior escolaridade (pós-graduação/superior completo, respectivamente); Ao ser questionada sobre sua escolha do curso de serviço Social, explicou que sempre se identificou com as minorias, fato que não mudou após o ingresso na PM, tanto que sempre teve um bom relacionamento com sua tropa, buscando fazer um comando humanista apesar da hierarquia e disciplina vigentes:

“Penso ter sido injusta algumas vezes, porém no momento era o que o militarismo pregava, por mais que fosse contra, a hierarquia e a disciplina me coagiram fazer coisas que foram de encontro aos meus princípios. [...] Há vinte anos já realizava Polícia Comunitária, assistencial, pois sempre valorizei mais o ser humano que a profissão, talvez pela minha formação acadêmica, pois penso que a valorização humana faz o sujeito crescer em todos os aspectos, apesar de ter sido criticada algumas vezes e até taxada de mãezona”. (Ten-Cel IZANETE, 56 anos, Ex-Cmt da Cia Fem).



Figura 12-Imagem da primeira Comandante do Pelotão de Polícia Feminina-21 de Abril de 1982, T Cel Izanete C. de Lima, no dia da primeira aparição pública, por ocasião da formatura.

Fonte: Arquivo pessoal

Questionadas sobre o que teriam feito de diferente se tivessem a oportunidade de mudar suas histórias de vida, são unânimes em responder que não teriam mudado nada, seu discurso ratificando a ideia da maioria quanto ao ganho social e o capital simbólico adquirido com a profissão:

“Se tivesse que recomeçar minha vida daria mais atenção aos praças que são o cartão de apresentação da PM; olharia para a minha profissão com mais atenção” (CAP SANDRA, 50 anos).

“Tenho muito orgulho de ser policial militar, agradeço a Deus e à minha família, que me deu muito apoio” (CAP AILSI, 55 anos).

Percebe-se que as falas são basicamente as mesmas, apesar dos anos transcorridos após o ingresso para a reserva remunerada²⁶;

Percebe-se na sua totalidade a herança identificadora da instituição pelas agentes. Ao ingressarem na instituição, “desconstruíram-se” como pessoas, “construindo-se” como novos seres sociais, incorporados de outros *habitus* ao vestir a farda. Segundo Lima (2002), este entusiasmo é comum nas candidatas recém-incorporadas. Pois a profissão militar é carregada de simbolismo e manipula isso de forma muito intensa por meio do uniforme, das insígnias e das atitudes que são resultado de várias gerações de militares e todas trazem em si uma carga de significados muito forte que, inconscientemente, afetam o imaginário dos neófitos.

²⁶A passagem para a RESERVA REMUNERADA (aposentadoria) das mulheres policiais pode ocorrer após o cumprimento de 25 anos de efetivo serviço.



Figura 13-Imagem de Alunas oficiais PM na cerimônia de 30 anos da presença policial feminina no Pará na Assembleia Legislativa do Estado,2012.

Fonte: Arquivo pessoal

É visível a alegria no semblante das policiais femininas recém-egressas à corporação.

Quanto às da Reserva, o natural seria o desencantamento natural com a profissão após anos de embate com preconceitos, cargas de trabalho excessivas, desvalorização, com a realidade ganhando outros contornos e os problemas inerentes às relações entre postos hierárquicos emergindo. O que antes era “justo” passa a ter outro sentido²⁸ etc. Ao contrário, conforme demonstrado em algumas narrativas vistas a posteriori, o período de idealização, para a grande maioria das policiais femininas, não acabou, pois mesmo após a passagem para a Reserva Remunerada, o discurso militarista e totalitário, presente durante toda a vida na caserna continua no ideário das policiais entrevistadas.

“Se tivesse que recomençar minha vida em relação à PM, não mudaria nada, faria tudo outra vez” (CAP ROSILENE, 50 anos).

“Se eu não fosse policial militar, seria algo parecido” (TEN NEUZA, 51 anos).

Além disso, a pedagogização mais voltada à hierarquia e disciplina, em detrimento de técnicas e conhecimentos teóricos mais voltados à profissão policial, reforçou esse comportamento mais voltado ao militarismo (NUMMER, 2010).

Este sistema foi reproduzido durante 25 anos, de forma pedagógica, durante o tempo em permanecemos na instituição, uma forma de violência simbólica cujo objetivo era impor um conjunto de significações identificadoras da cultura daqueles que a praticam e a mantém e que se mantinha através da vigilância, uma forma de tecnologia

de poder que incidu sobre nossos corpos, controlando nossos gestos, nossa atividade, nossa vida cotidiana.

Para Bourdieu, (1998) a construção das identidades é relacional e inscreve-se nos corpos pelo *habitus*, ocorrendo no espaço social. Portanto se percebe, pelas falas, que os símbolos incorporados: amor à instituição, à farda, às amizades, as instruções aprendidas possibilitou uma sensação de pertencimento, uma possibilidade de herança de um sistema simbólico institucional, fazendo com essas mulheres falem e ajam em nome da instituição . Isto é perceptível pelas falas onde se vislumbra a satisfação pelo “dever” cumprido, a felicidade do pertencimento à instituição militar.

Para todos os sujeitos da pesquisa, ser policial militar é ter autoridade, o respeito das pessoas, é poder ajudar a sociedade, diminuir as injustiças, ser feliz tendo um emprego sólido, poder construir uma carreira promissora, sair da obscuridade, pertencer a um grupo, ser reconhecido pela sociedade.

“[...] Nosso objetivo maior é a segurança do cidadão”. (Ex-Cel IZANETE, 56 anos, Ex-Cmt da Cia Fem).

“[...] Todos os meus amigos me admiram pelo meu espírito de perseverança e luta, por tudo que eu consegui realizar”. (Cap SÔNIA MARIA, 51 anos).

“[...] Mudou radicalmente minha vida, conquistei coisas materiais que se não estivesse na PM não conseguiria – minha casa, criar meus filhos adotivos, dar conforto aos meus familiares, pai, mãe, conhecimento profissional, ser reconhecida na instituição.” (TEN BERNADETH, 53 anos).

“Quase tudo que tenho, tanto no aspecto moral quanto material, devo à PM”. (CAP ROSILENE, 50 anos).

Quanto à questão de ser PM pioneira na PMPA, 7 se declararam felizes por ter tido oportunidade de ter desbravado esse campo.

“Tentei ser o mais profissional possível, considerando pertencer à 1ª turma e não ser de academia. Dedicamo-nos ao máximo; a prova é que deixamos um legado forte à polícia feminina. (Ten-Cel IZANETE, 56 anos, Ex-Cmt da Cia Fem).

“Através da PM consegui realizar muitos sonhos e objetivos”. (Cap SÔNIA MARIA, 51 anos).

“A Polícia Feminino é bem formada e equilibrada devido à base, ou seja, a estrutura que deixamos para que tivesse a segurança de prosseguir e continuar com o objetivo maior que é a segurança do cidadão e nossa própria segurança e equilíbrio”. (Ten-Cel IZANETE, 56 anos, Ex-Cmt da Cia Fem).

Ser pioneira é ter tido a coragem de investir num campo novo, conhecer pessoas e regras novas, amoldar-se a situações diferenciadas, nem sempre agradáveis. Ser pioneira no Pará foi mais difícil ainda, pois é um estado de dimensões continentais,

afastado dos grandes centros e com dificuldades para implementar mudanças, talvez por não haver nenhuma mulher no poder que pudesse ter encampado as lutas dos policiais femininos e ter promovido as mudanças necessárias

“O CFSd foi o período mais difícil, pois estávamos entrando em um mundo totalmente desconhecido e de predominância masculina, então não sabíamos se realmente o que estava sendo ensinado era correto ou poderia ser diferente, Além do Regulamento haviam normas a serem obedecidas, que pareciam comuns mas sempre difíceis de ser cumpridas: não podíamos ter filhos, toda vaidade era proibida ou regulamentada de forma extrema, a ditadura”. (TEN NEUZA, 51 anos).

3.3 Efetivo e poder: uma relação bilateral

O poder na organização paraense não se manifesta sob a forma de violência física, moral ou sexual. Não foram relatados casos de assédio, nem se caracterizaram práticas de humilhação, perseguição e ameaças, contudo a própria inação por si só é uma ameaça destrutiva que ameaça as relações de trabalho. Como conviver numa organização, sendo uma minoria? Como progredir e pensar em progressão de carreira se não há perspectivas de mobilidade nem a derradeira oportunidade de um planejamento? Este tipo de violência é apresentado de forma oculta, invisível e nele a legitimação do arbítrio, a ponto de ser mascarado e naturalizado. É como se este dogma fosse confirmado: “Foi permitida a sua existência, contanto que permaneça relegada ao seu lugar, um lugar que nós estabelecemos”.

Interessante notar que os motivos que levaram as instituições a adotar a inserção de mulheres nos seus quadros, as crenças nas suas habilidades de comunicação, liderança e mediação de conflitos, úteis para a construção de uma imagem positiva perante a sociedade, principalmente por causa da sua capacidade de adaptação, flexibilidade e afetividade, não mudaram após 30 (trinta) anos de inserção. As mulheres continuam em atividades consideradas “leves”, serviço administrativo, hospitais, unidades de ensino e instrução, sendo restritos os efetivos em unidades especiais, como Choque e unidades de Operações Especiais, atividades ditas “perigosas” para mulheres. Para reforçar a ideia de exceção, o primeiro curso de nivelamento para mulheres, ocorreu em maio de 2012, com 10 participantes. Continuam predominando as cotas para mulheres nos concursos públicos no limite de 10%, de cada 50 vagas para oficiais, 10 são para mulheres. No Curso de Formação de Soldados o abismo é ainda maior, no último concurso CFSd 2010, eram 1400 alunos e apenas 120 alunas, mesmo com a grande demanda pelas vagas.

Quanto ao tempo de serviço nas unidades, uma minoria (2) teve acesso às unidades do interior, tendo a maioria (6) permanecido na capital durante os 25 anos de caserna²⁷. As transferências para o interior davam-se por necessidade do serviço ou por indisciplina e nos primórdios da existência da Cia Fem, não havia núcleos femininos no interior do estado do Pará, fato que veio a ocorrer somente 10 anos depois, em 1992, inicialmente no município de Santarém, no Baixo-Amazonas, a terceira cidade mais populosa do Pará.

As unidades que foram ocupadas por policiais femininos: Companhia de Polícia feminina-CIA PFEM, na qual as policiais permaneceram pelo menos os primeiros cinco anos de suas vidas profissionais; O Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças-CFAP, para onde se concentravam nos cursos, conforme iam galgando as escalas hierárquicas; Companhia de Rádio-Patrolha-CiaRP (extinta); Comando Geral-CG, para exercer atividade administrativa; Companhia de Policiamento Ostensivo Escolar-CIPOE, uma unidade responsável pelo policiamento nas escolas públicas da capital paraense; Hospital da Polícia Militar-HPM; A atividade exercida: policiamento ostensivo a pé e motorizado e atividades administrativas.



Figura 14-Imagem sobre as atividades de policiamento ostensivo no Tribunal de Justiça do Estado por ocasião das eleições de 1988

Fonte: Arquivo Pessoal

²⁷O tempo de serviço para policiais femininos é de 25 anos.

Para todas as pesquisadas, a chegada a estes postos de comando deu-se de forma natural: há carência de oficiais em todas as unidades, portanto qualquer oficial que é transferido para qualquer unidade é sempre bem-vindo, e com as mulheres oficiais de administração não foi diferente. Sua permanência nas funções se baseou na competência e também pelo fato do estereótipo que as mulheres têm nos quartéis - organizadas, honestas e confiáveis. Indagadas se todas passaram pela experiência de ter chefiado uma seção, a resposta positiva foi unânime.

Esta parcela de entrevistadas não reconhece ter sido explorada no trabalho. Para elas, aqueles tempos do seu ingresso eram de uma época diferenciada onde todas lutavam pela sobrevivência, quer lutando por uma vaga num mercado de trabalho inexplorado, quer lutando para ser reconhecida na própria comunidade se auto afirmando e reivindicando um lugar na sociedade.

Atualmente pode-se dizer que as entrevistadas, sem exceção, encontram-se satisfeitas com sua condição de aposentadas. Para todas, estar na Reserva Remunerada é ter cumprido um papel, realizado um sonho mesmo que este não tenha sido seu primeiro objetivo, apesar de tudo, ter tido uma carreira bem sucedida compensou as agruras de tempos difíceis, conflituosos. A sensação atual é a de dever cumprido, principalmente por terem alcançado o que almejavam – o oficialato.

“A PM foi o meu primeiro e único emprego”.(Cap SÔNIA MARIA, 51 anos).

“Se tivesse que recomeçar minha vida não mudaria nada em relação à PM, faria tudo outra vez”.(CAP ROSILENE, 50 anos).

“Se tivesse que recomeçar, mudaria muito pouco, tentei ser o mais justa possível”. (Ten-Cel IZANETE, 56 anos, Ex-Cmt da Cia Fem).

Por estas falas é perceptível a modelagem estabelecida, a docilização aplicada não se diluiu mesmo após tanto tempo de aplicada. Os corpos foram domados de tal modo que não se aperceberam da sua condição, não há espaço para a rebeldia. O militarismo e suas divisões hierárquicas empoderaram essas mulheres, dando-lhes o reconhecimento que muitas não teriam em outras profissões. Suas ascensões profissional e social lhes proporcionaram ganhos significativos, inclusive na ida para a Reserva Remunerada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da diversidade de Teorias Sociais que norteiam esta pesquisa confirmamos a influência da condição feminina para a ocupação de postos de trabalho dentro da Polícia Militar. Do universo amostral utilizado, depreendemos que as funções exercidas em sua maioria correspondem a tarefas relacionadas à área administrativa, confirmando-se Bourdieu (2002) segundo o qual o mundo social condiciona formas de poder, definindo quem será o dominante e quem será o dominado, e ainda, que as diferenças biológicas influenciam para a exclusão do sujeito feminino. Nesse particular, os sujeitos que participaram da pesquisa apontam uma trajetória profissional sem perspectivas de ocupação de funções hierárquicas superiores, com ocorrência de inexpressiva quantidade.

Um dos principais obstáculos à pesquisa, fator surpreendente e inesperado foi a resistência das policiais femininas em falar sobre suas carreiras, fato que nos surpreendeu devido ao tempo em que se encontravam afastadas do aquartelamento, (de cinco a dez anos), mas principalmente por se encontrarem distantes da realidade policial militar, sem nenhuma militância na atividade. A recusa em atender às solicitações, bem como a pouca cooperação em devolver os questionários (respostas resumidas, estilo sim ou não) nos sinalizaram que iria ser um trabalho difícil; a maioria dos questionários foi respondida à distância após um grande período de tempo. Outro sinal significativo das dificuldades enfrentadas foi a negativa no comparecimento das solicitações da entrevistadora.

Quanto ao convite para as entrevistas, num segundo momento da pesquisa, registrou-se outro fracasso, haja vista a recusa, de forma velada, em se deixar entrevistar, bem como quando solicitado que gravassem as respostas e as enviassem, ainda assim as recusas se repetiram; em uma tentativa posterior sugerindo respostas à distância, nenhum dado foi coletado, fato causador de desestímulo para a pesquisadora. Ainda assim, a pesquisadora insistiu em ter estas respostas utilizando-se de encontros informais com o público alvo. Estes encontros ocorreram durante o lançamento da candidatura da Ten Bernadeth a vereadora, nas eleições em 2012, durante o aniversário de 31 anos da Companhia feminina em 01/02/2013 e também em reuniões do Projeto 30 anos de Cia Fem. Em relação a este projeto, formou-se um grupo capitaneado pela Cap Ailsi, da qual faziam parte ainda, Ten Bernadeth, Subten Amélia, Cb Cristina, todas da turma pioneira e outras de turmas mais recentes, o qual, no período de janeiro de 2011

até janeiro de 2012 , apoiado pelo Ex-Cmt Geral da Corporação, Cel Solano, tinha o objetivo de, considerando as comemorações dos trinta anos do ingresso das mulheres na instituição, para rever e estudar novas formas de apoiar o efetivo feminino nas unidades policiais militares. Estas ações envolveriam melhores ambientes para mulheres nos quartéis, como banheiros adequados e alojamentos, a possibilidade de criação de creches, a mudança nos coletes balísticos, hoje contraindicados para policiais femininas, a mudança nas cotas para concursos, hoje em torno de 10%.

Os concursos públicos para mulheres na PMPA implicam em aceitar submeter-se a cotas de 10% ou 20%.No último concurso (2009) pra oficial, para 50 vagas, foram reservadas 10 para mulheres .O mais recente concurso para soldados, de 1200 vagas, 100 foram para candidatas femininas., fato que se repete sempre desde a criação da Cia Fem.

Estas ações culminariam com uma solenidade de formatura no aniversário de 30 anos de criação da Cia Fem, em 01/02/2012. Com a mudança no comando da Instituição militar, por decisão do governador do estado paraense, em janeiro de 2012, estes esforços foram inviabilizados. A formatura de aniversário ocorreu, contudo sem a presença do grupo formado pela turma pioneira e algumas policiais, para sua própria frustração e das demais sendo dissolvido a posteriori, haja vista que as reivindicações do grupo não foram atendidas tornando inviável a sua continuação. Em 01 de fevereiro de 2012, foi comemorado o aniversário de 30 anos de incorporação das mulheres na Polícia Militar do Pará, numa cerimônia considerada por muitas, aquém da importância do trabalho da mulher na instituição. Diferente de outras unidades policiais paraenses, a data não teve uma formatura à altura das expectativas daquele grupo, com exceção de uma solenidade na Assembleia Legislativa do Pará, ocorrida em maio de 2012, numa sessão proposta pela Deputada Ana Cunha, que diplomou as policiais pertencentes à primeira turma (1982).

Penso que essas frustrações e outras decepções, para com os desejos de valorização da cultura da policial feminina nos quartéis também provocaram o desinteresse em participar deste trabalho, o que se traduziu na recusa em participar das entrevistas, inicialmente porque pela cultura incorporada falar da profissão implicaria em criticá-la, fato que vai de encontro aos princípios “aprendidos” na caserna, em segundo lugar depois porque qualquer iniciativa de mudança é combatida, e finalmente por desacreditar nos benefícios da pesquisa para a situação das policiais femininas em termos práticos. Essa "liberdade" não foi aprendida e incorporada ao dia a dia das

policiais. Estas atitudes são justificadas avocando-se a teoria de Foucault (1987) e as aprendizagens das policiais num estabelecimento de modelo monástico.

Outro fator divisor de águas nesta pesquisa foi o falecimento inesperado da Ex-Comandante da Cia Fem, Cel Izanete, uma das maiores colaboradoras da pesquisa e fator condicional dada a impossibilidade de reinquirição.

A Ten Cel PM Izanete Carvalho de Lima, foi a primeira comandante da Companhia de Polícia feminina, e a primeira mulher da região Norte a fazer o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) e a única das entrevistadas a ingressar na Polícia Militar como Oficial; faleceu em 14 de Dezembro de 2012, impossibilitando uma nova entrevista.

Este evento provocou uma desmobilização do grupo de pioneiras, prejudicando a pesquisa haja vista a dispersão do pessoal. Apesar da baixa cobertura e da consistência fraca de informações, como último recurso, restou-nos mergulhar na literatura, buscando traçar um paralelo entre as diversas experiências com policiais femininas, mais propriamente na PMAP, devido à proximidade de regiões e experiências afins, PMERJ, pela frequência das pesquisas, PMMG e PMPR, pelo pioneirismo e alçar mão da nossa experiência e das nossas memórias com o fito de preencher as lacunas que existiam.

Ser mulher nas instituições militares, ainda é algo anormal, pois a dominação masculina tenta, de certa forma, calar os corpos femininos. Essa percepção para Algranti (2002):

[...] “o corpo aparece, assim como centro de onde emana e para onde convergem opressão sexual e desigualdade [...] as funções reprodutivas femininas aparecem no cerne da produção da desigualdade sexual”. (p. 11-12)

Esse preconceito deturpador, velado e plenamente machista reflete diretamente na construção da identidade da policial militar. O termo "identidade" é aqui empregado na forma de *identidades profissionais* (no sentido francês do termo), centradas nas relações entre o mundo da formação e o mundo do trabalho ou do emprego. Trata-se, também, de *identidades sociais*, exatamente na medida em que, num dado sistema social, a posição social, a riqueza, o *status* e/ou prestígio dependem do nível de formação, da situação de emprego e das posições no mundo do trabalho. (DUBAR, 1997).

Isso se torna ainda mais evidente em instituições onde o poder e a disciplina aparecem de uma forma mais clara, “isto é, provém do desmanche do sistema de valores pessoais e do empobrecimento do seu sentimento de identidade. (GOFFMAN 2003 *apud* BRITO et al, 2007)

Portanto, Dubar (2005) ao falar da dinâmica da identidade levar em conta dois fatores importantes, que são: a identidade como construída individualmente e socialmente.: “A identidade é um produto de sucessivas socializações”.

Isto se reflete na permissão da invasão das mulheres nos espaços onde a masculinidade era símbolo maior, pois se permitiu que as mulheres se apropriassem e reconstruíssem esse espaço da forma delas, ou seja, ao criar uma instituição de mulheres dentro da instituição de homens aceitou-se que as mulheres não se apropriassem do poder masculino, mas sim que forjassem outra forma de poder que as identificassem.

Logo, na instituição militar, surge o medo do homem na perda da sua identidade e a mulher na busca da conservação da sua identidade, ou seja, numa corporação histórica e socialmente considerada masculina, conduzem tanto os homens quanto as mulheres a um conflito de preservação de suas identidades.

Neste sentido, o autor para compor a divisão do Eu como expressão subjetiva da dualidade social, cria mais dois conceitos, para isso, que ele denomina de: atos de atribuição e atos de pertencimento. O ato de atribuição visa definir o que eu sou (identidade para o outro) e o ato de pertencimento exprime o que eu quero ser (identidade para si). No entanto, pode haver divergência sobre o que penso de mim e o que os outros pensam de mim. Dubar (2005) ressalta isso:

Não há correspondência necessária entre “a identidade predicativa de si”, que exprime a identidade singular de uma pessoa determinada, com sua história de vida individual, e a identidade “atribuída pelo outro”, quer se trate de identidades numéricas que definem alguém como ser único (estado civil, códigos de identificação, números de ordem...), quer se trate de identidade genérica que permitem aos outros classificar alguém como membro de um grupo, de uma categoria de uma classe. (p. 137).

Por conseguinte, a identidade singular que é produto da trajetória de vida da pessoa, não está atrelada a identidade imposta pelos outros, porém será das atividades com o outro que o indivíduo será identificado, portanto cabe ao indivíduo escolher se aceitará ou não a identificação que o outro lhe atribuiu.

Assim, para ser policial é necessário muitas vezes desfazer com o universo primariamente estabelecido, para incorporar os papéis que determinam a conduta social da pessoa e controla as suas atitudes. As unidades policiais irão doutrinar o indivíduo,

transmitindo a ideologia do que é ser policial, até no que concerne na padronização de suas ações, alterando por vezes o comportamento do indivíduo para este obter um melhor desempenho na organização.

Logo, a policial militar, desde o primeiro contato com a instituição é submetida a incorporar um perfil para exercer as atividades inerentes a sua profissão. Neste processo de socialização, integrando um grupo profissional e social, o indivíduo está em contínua interação com os outros e em permanente reconstrução individual. De tal modo, o indivíduo, passa por uma construção de um novo Eu.

Acredita-se, então, que as instituições militares funcionam como verdadeiras modificadoras de pessoas, onde o Eu ideal que se pretende atingir no trabalho será submetido a reconstrução do Eu, a fim de se tornarem iguais entre si, ou seja, ao seus colegas da corporação, e diferentes das demais pessoas da sociedade, tentando, dessa forma a preservação da organização e valores inerentes aos policiais. Portanto, na formação policial, demonstra-se o que se espera de um policial e as atitudes que podem tomar perante a sociedade, de forma que não exponha de forma negativa a equipe em que está inserido, a policia, ocorrendo, deste modo, a mortificação do Eu.

Surge, então o encontro de dois processos heterogêneos: o primeiro refere-se a atribuição e o segundo concerne a incorporação. A atribuição diz respeito a identidade que os outros lhe atribuem e só pode ser analisada “no interior dos sistemas de ação nos quais o indivíduo está implicado e resulta nas ‘relações de força’ entre todos os atos envolvidos e da legitimidade” (DUBAR 2005, p. 139). Este processo é definido por de identidade sociais “virtuais” (GOFFMAN 1963 *apud* DUBAR 2005). A incorporação da identidade real pelos próprios indivíduos. Ela deve ser analisada a partir das trajetórias sociais e história de vida do indivíduo, o processo de interiorização permite a construção de identidades “reais” para si, legitimadas pelo aspecto “subjetivo” que incorpora. Dubar (2005, p. 139) afirma que “sem essa legitimidade ‘subjetiva’, não é possível falar de “identidade-para-si.”.

As policiais femininas paraenses foram submetidas a trinta anos de adestramento, à violência simbólica numa relação construída no seu interior a qual foi incorporada à organização na vida cotidiana. Foi preciso superar-se, desconstruir uma imagem, construir outra, mais adequada à organização e seus processos de gestão justificando estes atos para alcançar determinados fins. Segundo as próprias oficiais femininas, todos os fins justificaram os meios, tendo todas superado seus medos, suas dúvidas. Segundo os próprios sujeitos, baseado nos relatos descritos, todas

compreenderam o mundo em que viveram de forma positiva, confirmando a premissa que os corpos foram domados de tal modo que foi difícil estabelecer a relação de dominação e docilização.

Minha percepção acerca do meu trabalho sofreu um impacto considerável a partir do momento em que ingressei neste programa. Mesmo com a experiência de ter graduado e especializado em Defesa Social/Segurança Pública, nunca tinha me atido à docilização a que fui imposta durante toda minha vida profissional. Foi impactante perceber que a adoração que existia pela instituição me havia sido ensinada e imposta. Foi estarrecedor descobrir após trinta e um anos de instituição que não eram naturais alguns comportamentos - a imitação, a obediência cega, a discriminação, a violência psicológica, a sensação de ser uma cidadã de segunda classe, ao qual fui submetida durante meus três cursos: Formação de Sargentos, Aperfeiçoamento de Sargentos e Formação de Oficiais. Eu já havia tido oportunidade de fazer um *mea culpa* por ocasião do Curso de Formação de Soldados 2009 para quem ministrei duas disciplinas: Direitos Humanos e História da Polícia Militar, numa tentativa de resgate à minha conduta do passado que eu considerava ditatorial e autoritária, fato de pleno conhecimento dos meus alunos/instruendos. Após este mergulho em teorias de autores que nunca tinha debatido, como Goffman, Bourdieu, Beauvoir e outros, a sensação é de ter estado adormecida, tal qual a princesa da história, sem ter oportunidade de acordar e reagir.

Nossa formação enquanto policiais é voltada quase que exclusivamente para a área do Direito. É bom e pertinente porque baliza as nossas condutas e permite que desempenhemos nossas funções pautados no que é correto para nós e para proteger a sociedade das condutas más e ilícitas, inclusive das nossas. Por outro lado, esse apego a essa vertente da Ciência empobrece nossa visão, trazendo parcialidade para o nosso discernimento e impedindo que tenhamos uma visão total de nós enquanto indivíduos completos e humanos. O cerceamento de minhas ideias, pensamentos, causou mais sofrimento e dor do que eu supunha, pois sofri e fiz sofrer reproduzindo uma cultura injusta e discriminatória, incapaz de ser mensurada. Eu era feliz quando não tinha dúvidas, de posse dos preceitos legitimados pela cultura policiais da época. Agora, pelo desvelamento dessas questões sociais, as dúvidas me corroem, na incerteza do que vivi, aprendi e reproduzi.

REFERÊNCIAS

ALGRANTI, L. M.(org). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Coleção Textos Didáticos, Campinas: UNICAMP, 2002.

A Província do Pará. 16/04/1982, p. 12. Biblioteca Arthur Viana. Setor de Obras do Pará.

BARBOSA, S. R. Trabalho da Mulher no Brasil. **REVISTA CIENTÍFICA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**. São Paulo, n. 2, 2003.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: a experiência vivida**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BITTENCOURT, P. das N. **Vinte anos da inclusão da mulher na polícia militar do Amapá: estudo sobre as relações profissionais e as relações de Gênero: equidade ou diferença?** 2010. 129 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas)-UECE, Ceará, 2010.

BOURDIEU,P. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**> Campinas:papiros, 1996,p.107.

_____.**A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Edusp,1998,p.83.

_____.**O Poder Simbólico**. 2.Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,1998.

_____. **A Dominação Masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU P.;PASSERON,J. **A reprodução: elementos para a teoria do sistema de ensino**.Rio de janeiro:Livraria Francisco Alves,1992.P.22-23.

BRITO, M. J. de; ROSA,A. R.;OLIVEIRA,F. M. de.**Os Sentidos da Violência nas organizações: uma análise construcionista da história de vida de uma policial militar**. Revista Eletrônica Gestão e Sociedade. Edição 1 de 2007-08-01.Uu.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COSTA, L. C. da.**Gênero: uma questão feminina?** . Campinas: UNICAMP, 1998.<Disponível em: <http://www.uepg.br/nupes/genero.htm>> Acesso em 30.01.2011.

CALAZANS, M. E. de. **Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã**. São Paulo. SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, 18(1): 142-150, 2004.

_____. **Constituição de Mulheres em Policiais:** um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul. 2003.127 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)-UFRGS, Porto Alegre, 2003.

CAPELLE, M. C. A. & MELO, M. C. de O. Lopes. **Mulheres Policiais, Relações de Poder e de Gênero na Polícia Militar de Minas Gerais.** RAM, v. 11, n. 3. São Paulo: mai/jun 2010.

DEMAZIÈRE, D. & DUBAR, C. **Trajetórias profissionais e formas identitárias:** uma teorização. In GUIMARÃES, N. A. & HIRATA, H. (Orgs.), *Desemprego: trajetórias, identidades, mobilizações.* São Paulo: Senac, 2006. (pp. 167-187).

DUBAR, C. **Trajetórias sociais e formas identitárias:** alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. REVISTA EDUCAÇÃO & SOCIEDADE. Campinas, vol.19, n.62, pp. 13-30, 1998.

_____. **A Socialização:** construção das identidades sociais e profissionais. Portugal: Porto Editora, 2005.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber.** . Petrópolis: Vozes, 1971.

_____. **“Soberania e Disciplina”.** In: *Microfísica do Poder.* Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Vigiar e punir.** Rio de Janeiro: Graal, 1977.

_____. **Poderes e Estratégias.** In: **Ditos e escritos IV: Estratégia, Poder-Saber.** Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2003.

GAULEJAC, V. de. **O âmago da discussão: da sociologia do indivíduo à sociologia do sujeito.** Revista Cronos, Natal, 5/6 (1/2), p. 59-77, 2005.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4ª Edição. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

_____. **Manicômios, prisões e conventos.** 7ª edição. São Paulo: Perspectivas, 2003.

JÚLIO, C. A. **Reinventando você: a dinâmica dos profissionais e a nova organização.** Rio de Janeiro: Campus, 2002.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. **Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório,** publicações e trabalhos científicos. 5 ed. Revisada e ampliada. São Paulo: Atlas, 2001.

LIMA, M. A. de. **A Major da PM que tirou a farda.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

LOURO, G. L. **Gênero, história e educação: construção e reconstrução.** Educação e Realidade, Porto Alegre. v. 20, nº. 2, p. 101-132, 1995.

MACHADO, L. Z. **Feminismo, academia e interdisciplinaridade**. In: COSTA, A. & BRUSCHINI, C. (Orgs.), Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.p 24-38.

MILLET, K. *Sexual politics*. New York: Doubleday & Company, 1970.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 2003.

MURARO, R.M.; BOFF, L. **Feminino e masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças**. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

NEGRÃO, T. Feminismo no plural. In: TIBURI, M; Menezes, M. M. & EGGERT, E. (Orgs.), **As mulheres e a filosofia**. São Leopoldo: UNISINOS, 2002 (pp. 271-280).

NETO, M.I. **O autoritarismo e a mulher: O jogo da dominação macho-fêmea no Brasil**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.1

NUMMER, F. V. . **SER POLÍCIA, SER MILITAR**: o curso de formação na socialização do policial militar. Niterói: EDUFF, 2005.

_____. **“Ser Brigadiano” ou “Trabalhar na Brigada”**: estilos de vida entre Soldados da Brigada Militar. 2010. 260 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – UFRGS. Porto Alegre, 2010.

PATEMAN, C. **O contrato sexual**. Rio: Paz e Terra, 1993.

PRÁ, J. R. **O feminismo como teoria e como prática**. Em M. Strey (Org.), Mulher :Estudos de gênero. São Leopoldo: UNISINOS, 1997.

PROBST, E. R. **A evolução da mulher no mercado de trabalho**. Disponível em: <<http://www.icpg.com.br/artigos/rev02-05.pdf>> Acesso em 09 de set. 2011.

RELATÓRIO RESERVADO, CITEL/PMPA, 2011.

SARTI, C. A. **O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido**. Comunicação apresentada no XXI CONGRESSO INTERNACIONAL DA LASA. Chicago, set. de 1998.

SCOTT, J. W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. A *american historical review*, v.91.n. 5, p.1053-1101,1986.

SOARES, B. M.; MUSUMECI, L. **Polícia e Gênero**: participação e perfil das policias femininas nas PMs brasileiras. Revista gênero. Niteroi ,v.5, n.1, 2004.

_____, **Mulheres Policiais**: presença feminina na Policia Militar do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

TOLEDO, C. **MULHERES**: o gênero nos une, a classe nos divide. **Psicologia e Sociedade**. São Paulo: Editora Sundermann, 2003.

TOSCANO, M. & GOLDENBERG, M.. **A revolução das mulheres:** um balanço do feminismo no Brasil. Rio de Janeiro: REVAN, 1992.

XAVIER, A. P. da Silva. **Participação Feminina na Polícia Militar do Pará:** buscando a Integração entre os Gêneros. 2008 Monografia. (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) 67 p. UFPA, Belém, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Idade:
2. Local de nascimento:
3. Estado civil:
4. Família atual: Filhos? Idade? Netos? Coabitação? Local de Moradia? Marido? Profissão do Marido
5. Trajetória Escolar:
 6. Profissão dos familiares:
 - a. Pai:
 - b. Mãe:
 - c. Avô paterno:
 - d. Avó paterna:
 - e. Avô materno:
 - f. Avó materna:
7. Locais onde morou e motivos das mudanças:
8. Atividades remuneradas antes da PM:
9. Trajetória na PM:
 - a. Motivos da escolha:
 - b. Lembranças dos Cursos de Formação:
 - c. Tempo de serviço nas unidades onde serviu e motivos para as transferências
 - d. Funções exercidas na PM, quais gostava mais e porque:
10. Perspectivas profissionais quando ingressou na PMPA:
11. Outras atividades remuneradas durante o período em que atua(ava) na PM:
12. Quando não estava trabalhando na PM, o que fazia? (recordatório dos últimos dias de trabalho, inclusive final de semana).
13. O teu ingresso na PM mudou a tua vida? Como? O que tu fazias antes, que agora não fazes mais?
14. Tens amigos fora da PM? Como tu achas que teus amigos que não são da PM te vêem? Por quê?
15. Se tivesses que recomeçar tua vida, o que farias de diferente?

APÊNDICE B- ROTEIRO DE ENTREVISTA

1-Família

- 1.1 de onde vinha a renda da família?
- 1.2 A família sabia ler, frequentou escola?
- 1.3 Qual o tamanho da família?
- 1.4 O que os irmãos fazem hoje?
- 1.5 Qual o bairro de origem da família? Onde reside atualmente?
- 1.6 Qual a religião da família? qual a religião praticada atualmente?
- *-Por que a escolha do curso serviço social? por que ingressou na PM?
- 2-O que significa entrar como soldado e ascender na carreira?
- 3-Por que continuaram os estudos fora da PM?
- 4-O que significa ter alta qualificação/escolaridade e ser designada para o interior? Foi escolhida? Por quê?
- 5-Por que as do interior vieram para Belém? Com que idade?
- 6-Como justificam seu estado civil (solteiras/divorciadas)? Como explicam a separação? Qual a relação com a profissão?
- 7-Qual o significado de ser casada com um PM?
- 8-Por que não concluiu o ensino superior? Qual a relação com a profissão?
- 9-Como foi realizar concursos internos? Como foram as promoções?
- 10-Quando falam de companheirismo, de que estão falando?
- 11-Como era a relação com policiais da mesma graduação? Como era a relação com os oficiais?
- 12-O que querem dizer com “normas militares”? O que significa isso?
- 13-Como vc percebe a relação maternidade e profissão PM? O que os filhos fazem atualmente? Vc reproduz em casa normas do quartel? Como? Quais?
- 14-O que é necessidade de entrar na PM? Descreva: vontade! Com o que vc se identificava ao ingressar? O que vc esperava?
- 15-Como chegou aos postos de Comando?
- 16-Como vc relaciona sua trajetória com a condição feminina?
- 17-Como vc relaciona os cargos e funções que ocupou pelo fato de ser mulher?
- 18-O que entende por exploração do trabalho?
- 19-O que significou mudar de vida? Ter trabalho estável?
- 20-O que significou ser PM pioneira?
- 21-O que é mudar de perfil? Como vc se via antes da PM?
- 22-Por que a PM ensinou coragem, desenvoltura e como ensinou isso?
- 23-Como vc percebeu ter iniciado soldado e ter chegado a Tenente? *O que significa ter entrado como tenente e ter chegado a Coronel? O que isso significa?
- 24-Em que momento da vida se conscientizou que era policial? Em que momento sentiu-se “militar”?
- 25-Como se identifica atualmente com a PM? E ontem? Como acha que as pessoas a identificam como PM? Por quê?
- 26-Quais os preconceitos sofridos por ser mulher? Por ser PM? E por ser PM Fem?
- 27-Quais as vantagens de ser mulher? De ser PM? E de ser PM Fem?
- 28-O que foi ser policial militar?
- 29-O que foi ser policial militar feminino?
- 30-O que é ser PM Fem pioneira?
- 31-O que é ser PM Fem pioneira da PMPA, comparada a outras PMs?

ANEXOS

ANEXO A

DIRETRIZ DO COMANDO GERAL Nº 02/82

PROCEDIMENTOS RELATIVOS ÀS INTEGRANTES DO PELOTÃO DE POLICIA FEMININO

1 – FINALIDADE

- Estabelecer normas para serem adotados pelas integrantes do Pelotão de Policia Feminino, e da outras providências.

2 – REFERÊNCIAS

- a) Lei de Efetivo (Lei nº 4.819 de 26 DEZ 78)
- b) Lei de Organização Básica (Lei nº 4.521 de 20 de JUL 74)
- c) Decreto de Criação do Pelotão de Policia Feminino (Dec nº 2.030 de DEZ 81)

[...]

4 – RELAÇÕES DE TRANSGRESSÕES

- Além das transgressões disciplinares previstas no RDE são consideradas, ainda, em função das peculiaridades deste novo quadro, as seguintes:

- a. Comprometer-se irregularmente com encargos de família;
- b. Frequentar , uniformizada, boates, cinemas, teatros, casas de diversões, salvo se estiver em missão ou serviço;
- c. Frequentar , uniformizada, cafés, bares ou estabelecimentos similares, salvo se estiver em missão ou serviço;
- d. Fumar quando em serviço estando uniformizada ou não;
- e. Manter relacionamento de amizade com pessoas de reputação duvidosa;
- f. receber visitas no posto de serviço ou interior do quartelamento;
- g. Usar, quando uniformizada, cabelos compridos, de cor diferente do natural, com penteados exagerados, perucas, maquilagens excessivas, unhas longas ou com verniz de cor.

[...]

6 – PRESCRIÇÕES DIVERSAS

- a. A policial-militar que contrair matrimonio não poderá invocar estas circunstâncias para eximir-se das obrigações funcionais;
- b. Serão desligadas dos cursos, todas que vierem a amasiar-se ou contrair matrimônio durante o seu funcionamento;

[...]

d. À PM gestante aplicar-se-á os dispositivos do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado;

g. Visando a boa apresentação pessoal das componentes do Pelotão de Polícia Feminino, fica proibido o uso de penteados exagerados (cheios, alto, etc...) cobrindo a testa, ainda que parcialmente (pastinha), bem como o uso de quaisquer postigos, devendo ser observadas as seguintes normas:

1. O padrão exigido é o apresentado pelas gravuras anexas a presente diretriz, admitindo-se o uso, de cabelos presos desde que não prejudique a estética e o uso correto da cobertura;

[...]

Quartel em Belém, 04 de janeiro de 1982.

ARTAGNAN BARBOSA DE AMORIM SOBRINHO

Cel Cmt Geral da PMPA

ANEXO B**DECRETO Nº 2.030, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1981**

Cria na Polícia Militar do Pará, o PELOTÃO DE POLÍCIA FEMININO, e dá outras providencias

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 91, inciso IV, da Constituição Estadual, e CONSIDERANDO o que dispõe o art. 41, da Lei nº 4.521, de 20 de julho de 1974, DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o PELOTÃO DE POLICIA FEMININO, em face do que dispõe o art. 41, da Lei nº 4.521, de 20 de Julho de 1974, que trata da Organização Básica da Polícia Militar do Estado.

§ 1º - O efetivo de Oficiais e Praças do PELOTÃO DE POLICIA FEMININA será deduzido dos Quadros vigentes de Oficiais e Praças da Policia Militar.

§ 2º - O pessoal candidato ao PELOTÃO DE POLÍCIA FEMININA será incluído na Corporação, mediante concurso de admissão aos Cursos de Formação respectivos, segundo a legislação específica.

Art. 2º- O Comandante Geral da Polícia Militar, baixará os atos necessários à implementação da Organização Policial-Militar, criada por este Decreto.

Art. 3º - este (sic) Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, em 15 de dezembro de 1981.

ALACID DA SILVA NUNES
Governador do Estado
HELIO ANTONIO MOKARZEL
Secretário de Estado de Administração